



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 656 - DE 23 DE JANEIRO A 6 DE FEVEREIRO DE 2022 - R\$ 4,00

Aumenta o perigo de guerra entre Estados Unidos e Rússia, na Ucrânia

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional alerta para o perigo de uma guerra, e chama a classe operária e sua vanguarda no mundo todo a se levantarem contra as potências da OTAN e a burocracia restauracionista da Rússia. Somente com o programa internacionalista da revolução proletária, é possível combater e derrotar a ofensiva militar do imperialismo.

**Não à guerra de dominação imperialista!
Por uma Ucrânia soviética e independente!**



**MEMÓRIA ETERNA A LÊNIN,
FALECIDO EM 21 DE JANEIRO DE 1924**

Hoje, emerge com toda precisão o programa bolchevique de resposta à guerra imperialista.

Cabe à vanguarda com consciência de classe aplicá-lo às novas condições de desintegração do capitalismo mundial.

Abaixo as reformas trabalhista de Temer e previdenciária de Bolsonaro!

Por um reajuste nacional dos salários! Recuperar o terreno perdido

No momento em que se constata que a inflação pelo INPC foi de 10,06%, o reajuste médio dos salários ficou abaixo (6,5%), o ganho médio dos trabalhadores caiu para R\$ 2.459, perdendo R\$ 307, em relação ao ano 2020, e o salário mínimo passou de R\$ 1.100 a R\$ 1.212, um reajuste baseado no INPC de 10,02%, discutiu-se a falsa notícia que Lula estaria disposto a revogar a reforma trabalhista, caso vencesse as eleições. Com a informação claramente inverossímil, a imprensa monopolista passou para o ataque. Lula e seus porta-vozes correram a mostrar que o que está feito não se desmancha. Mas, ao mesmo tempo, os petistas insistiram na toada de que seu governo combateria a miséria e a fome, com uma política econômica e pública de crescimento econômico, e de distribuição de renda.

Até agora, não se sabe como esse milagre será cumprido. Setores da própria burguesia querem saber que programa econômico o PT apresentará. Lula afirmou que não pretende governar apenas para empresários e banqueiros. Aí estaria o segredo, que oculta a velha fórmula eleitoral de crescimento com distribuição de renda. O crescimento é o que mais desejam os capitalistas; distribuição de renda é o que mais querem a burocracia sindical e todos os reformistas. Mas, as leis objetivas do capitalismo levam à concentração de riquezas, e não à desconcentração.

Lula e Dilma Rousseff tiveram a oportunidade de demonstrar que as políticas públicas assistencialistas não distribuem renda, apenas colocam um emplasto sobre a miséria e a fome. Mas, revogar a reforma trabalhista – sobre a Previdência o silêncio foi total – seria uma medida progressiva, uma vez que quebraria uma das contrarreformas mais violentas, que atingiu a classe operária e o conjunto dos explorados. Mesmo assim, a tendência à concentração de riqueza e empobrecimento relativo dos explorados continuaria a sua marcha ascendente.

Lula nunca se contrapôs às contrarreformas, tanto é que assentou seu governo na “estabilidade” advinda do Plano Real, das privatizações e da abertura econômica liberal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em última instância, assentou-se sobre os interesses gerais do capital financeiro e monopolista. Fará o mesmo, se eleito, com a diferença de que herdará uma situação de baixo crescimento (na melhor das hipóteses), de pressão inflacionária, de descontrole da dívida pública (ainda que a contrarreforma da Previdência tenha retardado sua explosão), de alto desemprego e subemprego, e de devastação das condições elementares da maioria oprimida. E herdará politicamente a orientação mundial do imperialismo, de descarregar a desintegração do capitalismo sobre os explorados, custe o que custar.

Se, nas condições favoráveis, que foram as de 2003 a

2008, o governo do PT não alterou nada de substancial na brutal exploração do trabalho, em favor do proletariado, pensar que poderia bater-se de frente com a burguesia e o imperialismo, em torno à revogação da contrarreforma trabalhista, é bobagem. Mas, o aperto a Lula – sobre se estava disposto ou não a colocar como parte de seu programa de campanha eleitoral a revogação da contrarreforma de Temer – teve seu lado bom. Bom, para deixar claro que sua candidatura é de manutenção das contrarreformas montadas pelos governos que surgiram do golpe de Estado de 2016. O que resulta em sustentar medidas que favoreceram a concentração de riqueza e miséria, nos polos opostos das classes sociais. Medidas que potenciaram a pobreza e a miséria. Medidas que expandiram o exército endêmico de flagelados.

Para um político como Lula, que surgiu no movimento sindical, e que foi preso por liderar greves, o exercício do poder burguês do Estado ensinou-lhe que qualquer presidente eleito, mas sobretudo um presidente que não veio da burguesia ou da pequena-burguesia, terá de submeter a governabilidade aos ditames da grande burguesia, das oligarquias regionais e do imperialismo. E terá de estar de bem com os militares, que respondem, em última instância, não ao presidente, mas às forças burguesas.

Lula tem traquejo, obtido na condição de um político que saiu do proletariado para servir a burguesia. E aprendeu muito, com o golpe que derrubou Dilma e o levou à prisão, sob a acusação de corrupção. Aprendeu que sua popularidade não evitou uma sova, como a dada pela Operação Lava Jato. Aprendeu que as contradições do capitalismo em decomposição refletiram na política burguesa, ao ponto de possibilitar a sua volta como candidato preferido pelas massas. Se se colocasse pela revogação da reforma trabalhista, teria sua chance de presidir o País condenada.

Depois de dois anos de contenção das lutas, nas condições de cerrada pandemia, despontou a vaga eleitoral, que logo se erguerá em fortes ondas. A vanguarda com consciência de classe continuará combatendo pela independência política dos explorados, na contracorrente. Mas, em melhores condições para defender o programa de reivindicações próprio dos trabalhadores, e levantar a bandeira de revogação da reforma trabalhista e previdenciária. A tarefa é a de recuperar o terreno perdido, iniciando a batalha por um reajuste nacional dos salários, defesa dos empregos, e pelo fim das contrarreformas. O POR continua com a campanha de convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. É por meio da ação direta que os explorados se defenderão da pobreza, miséria e fome.

Lula desmente a notícia: Nada de revogar a reforma trabalhista

Causou alvoroço, na imprensa monopolista, a informação de que Lula pretendia revogar a reforma trabalhista. Na reunião virtual com representantes do governo e centrais sindicais da Espanha, com participação das principais centrais sindicais do Brasil, tudo foi esclarecido: a vice-presidente do governo espanhol, Yolanda Díaz, deixou claro que não houve a revogação da reforma trabalhista, e sim apenas um ajuste compatível com o ordenamento da União Europeia; o candidato à presidência da República, Luiz Inácio da Silva Lula, por sua vez, garantiu que, se ganhar as eleições, não haverá revogação. A imprensa acalmou os capitalistas e os liberais que se aproximam do PT, incluindo o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Alguns afoitos petistas tiveram de se recolher quietinhos. Somente a imprensa que combate a candidatura de Lula poderia utilizar-se de tamanha impossibilidade, para alertar sobre os perigos à ordem liberal. E somente os petistas e esquerdistas entusiasmados abraçariam de olhos fechados a quimera da revogação. Os capitalistas próximos à Lula, e mesmo adversários políticos com um pouco de inteligência, volta e meia, dizem que o ex-presidente tem a virtude de ser pragmático, e procurar a via dos acordos. É exatamente assim, Lula sabe perfeitamente que, se ganhar, terá de governar com apoio de empresários e partidos que promoveram as contrarreformas, trabalhista, de Michel Temer, e a da Previdência, de Jair Bolsonaro.

O governo social-democrata espanhol apenas manobrou para manter os sindicatos e centrais ao seu lado. Algum gesto da social-democracia, dirigido à política de conciliação de classes, tinha de ser feito, principalmente diante do

escandaloso avanço do trabalho temporário, do trabalho intermitente e da terceirização. Um acordo tripartite – governo, empresários e “trabalhadores” (representes sindicais) – decidiu colocar algum limite ao desenfreado abuso patronal, por exemplo, limitar a contratação temporária a um período não superior a um ano. Nada, absolutamente nada, foi revogado!

Lula não apenas desfez a confusão, mas se mostrou propenso a montar uma comissão tripartite. O que não é novidade, uma vez que já a experimentou em seu governo, e viu que é bom para dar munição aos sindicatos, centrais e movimentos, que precisam da política de conciliação de classes. Os burocratas se ressentiram muito da reforma trabalhista

de conciliação de classes acabará favorecendo a luta pela independência política do proletariado, que, mais dia, menos dia, se rebelará contra a brutal opressão capitalista. A burocracia está esperando de que a volta de Lula ao poder lhe restabelecerá, pelo menos, uma parte de seu campo de manobra, necessário para a prática da conciliação de classes. A esquerda arrivista, via de regra, se valeu da sombra popular de Lula para se manter em pé. Agora, retomam o entusiasmo, acreditando que o caudilho petista fará um governo brando diante dos explorados. Bastou que se falasse em “revogação da reforma trabalhista”, para acreditarem na possibilidade de volta dos velhos tempos de ascensão do PT, puxada pelo caudilho carismático.

Os burocratas se ressentiram muito da reforma trabalhista – a previdenciária não lhes atingiu. Perderam a muleta do imposto sindical e das negociatas com o governo e empresários. Sem ela, os capitalistas individuais ou associados necessitam menos dos burocratas, que, de tão corrompidos, não se dispõem a mobilizar e organizar greves. Eis por que avaliam que a reforma trabalhista diminuiu a força dos sindicatos nas negociações. Na realidade, debilitou a capacidade da burocracia de enganar os trabalhadores.

ta – a previdenciária não lhes atingiu. Perderam a muleta do imposto sindical e das negociatas com o governo e empresários. Sem ela, os capitalistas individuais ou associados necessitam menos dos burocratas, que, de tão corrompidos, não se dispõem a mobilizar e organizar greves. Eis por que avaliam que a reforma trabalhista diminuiu a força dos sindicatos nas negociações. Na realidade, debilitou a capacidade da burocracia de enganar os trabalhadores.

Com o tempo, a erosão da política

Qualquer que seja o governo eleito em outubro, terá de responder ao aprofundamento da crise econômica. E, na condição de governo da burguesia, terá de manter os ataques às velhas conquistas do proletariado, e ir adiante com a proteção ao grande capital. A “revogação das contrarreformas” de Temer e Bolsonaro deve ser levantada como bandeira dos explorados. Não para fins eleitorais, mas para ser imposta à burguesia e seu governo por meio da luta de classes organizada.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Dificuldades em constituir as alianças

Não será a falsa notícia de que Lula estaria pela revogação da reforma trabalhista que atrapalhará as alianças com setores da política burguesa opositora a Bolsonaro. Alckmin continua sendo o pivô das tratativas. Rapidamente, Paulinho da Força, e chefe do Solidariedade, se reuniu com o ex-governador para rejeitar tamanho desatino. A resposta não tardou. Lula quer passar longe de qualquer discussão sobre revogação da reforma trabalhista. De maneira que Alckmin continua sendo o centro das atrações de setores da burguesia e, principalmente, como um emissário voltado a convencer os capitalistas a diminuir a resistência à candidatura petista.

As forças da oposição burguesa e pequeno-burguesa, que se localizam no campo do reformismo e da centro-esquerda, sabem que a meta do PT é garantir a vitória de Lula. Por enquanto, as intenções de voto dão vitória a Lula. É o que permite ao PT negociar em posição de total superioridade. Mas o tempo urge – entre março e abril, tudo tem de estar arranjado. Se Bolsonaro continuar sem reação, e a terceira via não prosperar, tudo vai ficar mais do jeito que o PT pretende.

Do lado esquerdo da aliança, ainda persistem as críticas, principalmente de figuras do PSOL, empenhadas em convencer suas fileiras a se jogar nos braços da candidatura de Lula. É o caso do deputado Ivan Valente, que censurou a aproximação com Alckmin. Em contrapartida, João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do MST, afirmou que não vê problema na candidatura de Alckmin a vice. Lula fechou a questão, explicando que o ex-governador de São Paulo não é da mesma cepa de João Doria. Representa a ala social-democrata que deu

origem ao PSDB, liderada por Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. Tudo indica que Alckmin não é um complicador, mas um denominador da solução.

Há outros obstáculos a serem vencidos, a constituição de uma federação partidária e a distribuição das candidaturas a governador. As forças da oposição burguesa e pequeno-burguesa, que se localizam no campo do reformismo e da centro-esquerda, sabem que a meta do PT é garantir a vitória de Lula. Por enquanto, as intenções de voto dão vitória a Lula. É o que permite ao PT negociar em posição de total superioridade. Mas o tempo urge – entre março e abril, tudo tem de estar arranjado. Se Bolsonaro continuar sem reação, e a terceira via não prosperar, tudo vai ficar mais do jeito que o PT pretende.

O vento está a favor de Lula, o que facilita o PT bater bumbo da vitória, depois de ter caído no fundo do poço, com a derrocada do governo de Dilma Rousseff. As nuvens escuras estão fixadas no horizonte. Lula não terá a seu favor a conjuntura favorável de 2003, quando recebeu de Fernando Henrique Cardoso a economia mais estabilizada, à custa de um brutal choque neoliberal, e quando a situação mundial melhorava. A experiência com Dilma Rousseff foi traumática, diante de uma mudança da estabilidade econômico-financeira para a do desequilíbrio.

Tudo indica que este ano a recessão imperará. Bolsonaro entregará a Lula uma economia dilacerada, uma pesada dívida pública, e milhões de brasileiros passando fome. É bem provável que a maior parte das esquerdas siga o carro-chefe do PT, colaborando para que se alimentem as ilusões democráticas das massas, e as mantenham desarmadas para a defesa de um programa próprio de reivindicações. A vanguarda com consciência de classe está diante da maré eleitoral que apenas começa a se altear. Tem a seu favor a necessidade dos trabalhadores, de se defenderem contra o avanço da pobreza, miséria e fome.

A CRISE SANITÁRIA-ECONÔMICA EXPÕE A LEI DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Em seu novo relatório de janeiro, a ONG OXFAM lançou novos dados sobre a acumulação capitalista no período da Pandemia. O documento apresenta um dado que se destaca: nestes últimos dois anos, surgiu, no mundo, um novo bilionário a cada 26 horas. A notícia vem acompanhada de seu complemento: neste mesmo período, a renda de 99% da humanidade caiu.

A incapacidade da burguesia e seus governos de protegerem as massas exploradas, expressa na morte de quase 6 milhões de pessoas no mundo, se choca com o amplo processo de acumulação e centralização de capitais entre os bilionários. De acordo com a entidade, os 10 homens mais ricos do mundo mais que dobraram suas fortunas, passando, de US\$ 700 bilhões, para US\$ 1,5 trilhão – uma taxa de 15 mil dólares por segundo – durante os dois primeiros anos da Pandemia, juntos eles têm hoje seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões

mais pobres. No Brasil, 10 novos bilionários surgiram, formando um total de 55, com riqueza total de quase 1 trilhão de reais.

A incapacidade de aplicação dessa enorme massa de capital na produção social, devido à crise de superprodução e inexistência de novos mercados, tem promovido uma caricatura de corrida espacial, realizada entre esses bilionários com suas empresas privadas de exploração espacial e voos orbitais comerciais. Em julho do ano passado, enquanto a Pandemia matava milhares por dia, e a fome e a miséria assolavam milhões, Jeff Bezos (Blue Origin), dono da Amazon, foi ao espaço com um foguete próprio, e realizou o primeiro voo orbital comercial. Elon Musk (SpaceX) e Richard Branson (Virgin Galactic) são outros bilionários que rivalizam, nesse espetáculo assombroso.

Para os marxistas, trata-se de algo bem conhecido, a lei geral da acumulação capitalista. “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma

população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.”, escreveu Marx, no capítulo 23 do livro 1 de *O Capital* (1867). E demonstrou de forma clara que “quanto maior for a riqueza social (...) tanto maior será o exército industrial de reserva. (...) e quanto maior forem as camadas lazentas da classe operária e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial”. Os delírios reformistas de taxaço de riquezas não podem modificar essa lei econômica fundamental do modo de produção capitalista.

O caso apresentado no relatório da ONG mostra ainda outro aspecto da lei da acumulação capitalista. O acúmulo de capital social geral faz com que “partes dos capitais originais se descolem e passem a funcionar como novos capitais independentes, aumentando o número de capitalistas”. Isso não significa um movimento contrário ao processo de centralização monopolista de capital, mas um efeito natural dos períodos de grande acumulação.

Os trabalhadores assistem, estarecidos, essas notícias e acontecimentos. Não sabem o que fazer para mudar a situação. Isso por-

que estão submetidos a direções políticas conciliadoras nos partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais, etc. Direções que não defendem o fim da exploração assalariada, pelo contrário, iludem os trabalhadores, dizendo que, sob seu governo, poderão disciplinar os capitalistas, para amenizar a exploração.

Marx conclui, “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto.” Isso deve representar à classe operária e demais trabalhadores um sinal de alerta, de que nenhuma solução pode ser dada dentro do modo de produção que funciona na base dessa constante produção de miséria e barbárie. Mas, a luta por um modo de produção superior não é abstrata, não é uma profissão de fé. Exige tarefas muito concretas da classe, como a reconstrução do partido mundial da revolução proletária, através do Partido Operário Revolucionário de cada país, além da transformação de cada luta particular, por emprego, salários, contra a fome e miséria, em luta estratégica pela tomada do poder, ou seja, pela revolução e ditaduras proletárias.

Ceará:

PT amplia base de prefeitos em articulação eleitoral com a oligarquia Ferreira Gomes

Lutemos pela independência de classe dos explorados!

No dia 15 de janeiro, o PT estadual comemorou a filiação de 12 prefeitos ao partido, numa cerimônia que contou com lideranças estaduais, municipais e parlamentares. Com as filiações, o PT passou, de 17, para 29 prefeitos, e tornou-se a segunda maior sigla do estado, à frente do PSD (26 prefeitos), e atrás do PDT (64 prefeitos). As filiações tiveram grande repercussão no meio político e na imprensa, que destacou também a previsão de adesão de deputados estaduais à sigla.

O presidente estadual do partido, Antônio Filho, atribuiu as filiações ao fato de o PT “liderar uma frente antifascista no Brasil”. Nada mais falso. As filiações, na verdade, foram parte da movimentação eleitoral que atendeu à duas determinações fundamentais: 1) adaptação das oligarquias à crescente popula-

ridade do caudilho petista; e 2) acordo com PDT sobre a sucessão estadual.

A rejeição de parcelas cada vez mais expressiva das massas a Bolsonaro, em virtude da crise econômica e seus efeitos, tem levado, consequentemente, ao afastamento das oligarquias cearenses do governo federal. O segredo da movimentação destas oligarquias sempre consistiu no mais estrito fisiologismo: em oscilar conforme os ventos eleitorais, em adaptar-se à fração burguesa governante, e em farejar a disponibilidade de recursos do Tesouro. Durante um relativo período, gravitaram em volta do reformismo petista para, em seguida, o abandonarem (acompanhando a campanha lavajatista e bolsonarista), assumindo posições direitistas e obscurantistas. Com a desagregação de Bolsonaro, adotaram posição de centro, nas eleições

de 2020, e agora, prevendo a possível vitória de Lula em outubro, e calculando os dividendos eleitorais, se inclinam novamente para o reformismo e seu arco de alianças. A situação do PL é bastante ilustrativa. A filiação de Bolsonaro acelerou a crise interna que o partido já vivia, dividido entre os governos estadual e federal. Três de seus prefeitos decidiram se vincular ao PT (no recente evento de filiação), e tudo indica que a perda de parlamentares não será compensada com o ingresso de novos, ultradireitistas.

Por outro lado, está em curso um possível acerto no interior da aliança PT-PDT, no governo, para as eleições estaduais. O PT pleiteava a indicação do nome para a sucessão de Camilo, uma vez que a vaga ao Senado será disputada por ele, considerado partidário



da oligarquia Ferreira Gomes, ainda que formalmente filiado às hostes petistas. Os Ferreira Gomes retrucaram que a vaga ao Senado estava sendo disputada por Camilo, correspondia ao quinhão do PT dentro da aliança, cabendo a eles a indicação do nome para governador. A ideia de que o nome do sucessor de Camilo pudesse ser indicado pelo próprio governador não pôs fim à contenda, já que Camilo tem em vista indicar um político ligado aos Ferreira Gomes. A filiação de 4 prefeitos do PDT ao PT, e o fortalecimento eleitoral da legenda, com a benção dos Ferreira Gomes, pode indicar que se aproxima um acordo definitivo, onde o PT é compensado com prefeituras e capacidade de ampliar sua bancada federal, à custa de abrir mão de nomes para o Senado e governo estadual.

O significado da perda da prefeitura do PSOL

Para surpresa de muitos, entre os 12 novos prefeitos filiados ao PT, figura-va ninguém menos que Edson Veriato, prefeito de Potengi, eleito pelo PSOL, em oposição ao Governo PT/PDT. A perda de sua única prefeitura levou a direção estadual do partido a denunciar o 'aliciamento' do governo Camilo, que bloqueou recursos e emendas que favoreceriam o município, liberando-as apenas mediante indicações do governo na prefeitura, etc. Segundo a direção do PSOL, esta foi a razão principal para que Veriato, à frente de uma prefeitura falida, e com R\$ 14 milhões em dívidas, não apenas cessasse a oposição a Camilo, como aderisse a ele.

O contingenciamento dos repasses, o impedimento de acesso a verbas, etc., é próprio das disputas interburguesas no interior do estado. Ao eleger um prefeito prometendo resolver os problemas

das massas a partir da gestão 'democrática' da prefeitura, o PSOL se colocou inteiramente no terreno destas disputas. A reclamação do PSOL, quanto ao manejo dos recursos do estado, como arma de guerra pelas frações burguesas, expressa as ilusões próprias da pequena burguesia. Precisamente neste terreno, para assegurar as condições de gestão, é que o PSOL (nos poucos municípios que dirige) tem realizado alianças com partidos burgueses. A proibição de aliança com o PT e o governo do estado, certamente, pesou na decisão do prefeito (en-

Desde o princípio, a projeção eleitoral do PSOL esteve condicionada ao esgotamento do PT à frente do Estado burguês. Com a recomposição do reformismo petista, lançado ao campo da oposição burguesa desde o golpe de 2016, o PSOL não apenas se viu impossibilitado de potencial-se diante do reformismo petista, como teve de caminhar do seguidismo à capitulação.

tão membro da ala direita do partido) em romper com o PSOL.

Surgido de uma de suas costelas, o PSOL compartilha com o PT a mesma estratégia de reformar o capitalismo apodrecido, pela via de um governo democratizante. Desde o princípio, a projeção eleitoral do PSOL esteve condicionada ao esgotamento do PT à frente do Estado burguês. Com a recomposição do reformismo petista, lançado ao campo da oposição burguesa desde o golpe de 2016, o PSOL não apenas se viu impossibilitado de potencial-se diante do reformismo petista, como teve de ca-

minhar do seguidismo à capitulação. A perda da prefeitura do PSOL não deixou de expressar, em âmbito estadual, essa tendência geral a que está submetido o partido.

Processo similar tem acometido o estalinismo do PCdoB, que também teve uma prefeitura perdida para o PT (baixando de 3 para 2), e pode vir a perder um parlamentar (Dep. Augusta Brito), dos dois que possui. A proximidade das eleições e as incertezas diante das restrições da nova legislação eleitoral, têm servido de catalisador para o desenvolvimento das contradições no interior do partido.

A luta pela independência de classe dos explorados

Diante do início das negociações e arranjos eleitorais, é preciso lutar firmemente pela independência política dos explorados. Não se pode ceder um milímetro, diante da conduta traidora da CUT-CE, CTB-CE e partidos reformistas, que têm aplicado uma política de colaboração de classes, e se apressado em canalizar o descontentamento das massas para o campo eleitoral. A política aplicada por estas direções têm sido criminoso, não apenas por sustentar descaradamente os governos burgueses, mas por bloquear a resistência das massas aos profundos ataques que vêm sofrendo (desemprego, subemprego, aumento de passagem, taxa do lixo, etc.). É preciso denunciar a traição das direções colaboracionistas e eleitoreiras, e convocar a vanguarda com consciência de classe a exigir das centrais e sindicatos a organização imediata da luta em defesa dos empregos, salários e direitos, sob o método da ação direta. Não há outro caminho para desenvolver a independência de classe dos explorados.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



Boletim Nossa Classe - janeiro

Política Operária

Sem luta, nossos salários despencaram. Que as centrais e sindicatos reajam imediatamente, convocando um Dia Nacional de Lutas

Entra ano e sai ano, nossos salários perdem para a alta do custo de vida. Poucas foram as categoriais que conseguiram reajustar os salários de acordo com a inflação. Eis por que o reajuste médio dos trabalhadores foi de 6,5%. Segundo dados do próprio governo, várias categorias tiveram reajustes entre 3,7% e 4,1%. A inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 10,06%. Mas as famílias operárias sabem muito bem que explodiu o preço do gás, luz e dos alimentos. Em São Paulo e região, o preço das passa-

gens dos transportes coletivos foi para R\$ 5,10, um reajuste 7,37%.

Há anos, nossos salários vêm diminuindo, diante da alta do custo de vida. Isso significa: 1) os capitalistas protegem seus lucros, pagando salários menores; 2) a família operária empobrece ainda mais; 3) a minoria rica fica mais rica, e a maioria pobre, mais pobre.

O reajuste salarial médio de 6,5%, em 2021, mostra que não houve verdadeiras campanhas salariais. Não houve a defesa do reajuste, da recuperação das perdas anteriores e do aumento real. Diante da

inflação, os sindicatos e as centrais deveriam fazer uma campanha unificada pelo reajuste e aumento real dos salários.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e centrais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa do aumento dos salários, dos empregos e dos direitos trabalhistas. Somente unindo a classe operária e os demais trabalhadores, é possível impor ao patronato e governo um salário capaz de atender às necessidades vitais da família trabalhadora.

**Fora o salário mínimo de fome de Bolsonaro!
Por um salário mínimo que cubra as necessidades da família trabalhadora**

O governo decretou mais um salário mínimo de fome. Passou, de R\$ 1.100,00, para R\$ 1.212,00. O que corresponde a 10,04% de reajuste. O salário mínimo é calculado para uma família de 4 pessoas. Mais da metade de seu valor é consumida apenas com a cesta-básica.

Os governantes e patrões sabem que mais de 20 milhões de brasileiros têm de sobreviver com 1 ou menos de 1 salário mínimo. A imensa maioria dos aposentados recebe 1 salário mínimo. Basta somar os trabalhadores que ganham de 1 a menos de 1 salário mínimo, com os milhões de desempregados e subempregados, para saber de onde vem a miséria e a fome.

Os governantes e os politiquinhos da burguesia falam que é

preciso diminuir a desigualdade social no Brasil. A desigualdade, porém, nasce da exploração do trabalho, do enriquecimento da minoria capitalista, e empobrecimento da maioria explorada. Somente a classe operária organizada e em luta pode defender-se da pobreza e miséria. Para isso, precisamos recuperar nossos sindicatos, expulsando deles as direções vendidas e traidoras.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) salário mínimo vital, calculado pelas assembleias operárias; 2) que nenhum trabalhador receba menos que 1 salário mínimo vital, capaz de sustentar a família de 4 pessoas; 3) emprego a todos, reduzindo a jornada de trabalho, sem reduzir os salários.

Convocar as assembleias e organizar a luta

O ano de 2022 se iniciou com mais de 13 milhões de trabalhadores desempregados. Com 37 milhões de pessoas no subemprego. Com 73 milhões de assalariados sem os direitos trabalhistas elementares. Com 19 milhões na mais profunda pobreza. E com o miserável salário mínimo de R\$ 1.212,00. Mesmo diante dessa trágica situação, os governantes e capitalistas só têm, como saída, a ampliação das contrarreformas e as privatizações. Bolsonaro já tem em mãos as novas medidas, para avançar a reforma trabalhista e a venda de estatais, como os Correios e Petrobrás.

As direções sindicais farão de tudo para que os sindicatos estejam inteiramente voltados às eleições de outubro. Para isso, usam o desemprego, a fome e a miséria, apenas para inchar os

discursos eleitorais. Querem que os trabalhadores acreditem que, substituindo um governo burguês por outro, é possível melhorar suas condições de vida. NÃO! Companheiros. Essa desgraça que atinge nossas famílias só pode ser combatida com a força coletiva dos explorados. Só pode ser enfrentada por meio da luta direta, defendendo um programa próprio de reivindicações, e mantendo a independência de classe.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem imediatamente as assembleias presenciais, e aprovem a luta unitária contra o desemprego, fome e miséria. Não ao eleitoralismo! Sindicato é para a luta contra o patronato e seus governos.

Revogação da reforma trabalhista não passou de boato

Circulou a notícia de que o governo da Espanha havia revogado a reforma trabalhista. E que Lula, se eleito, faria o mesmo com a reforma trabalhista de Temer. No entanto, esse boato logo caiu por terra. Luiz Marinho e, depois, a reunião entre Lula e representantes do governo espanhol, puseram um ponto final nos

boatos. Marinho, com o pé no freio, disse que era preciso “repensar a legislação trabalhista, evidentemente de forma pactuada”. Lula, na tal reunião-seminário, não tocou no assunto da revogação da reforma, limitou-se a dizer que defende direitos para os trabalhadores de aplicativos. Segundo o presidente da CUT,

Sérgio Nobre, Lula disse que era necessário a construção de uma “mesa de negociação para o debate tripartite”. Em seguida, foi a vez do governo espanhol declarar que não revogou a reforma trabalhista, mas que fez pequenos reparos, para ajustá-la às exigências da União Europeia e à Confederação de Organizações Empresariais.

Direção do sindicato aprova mais um acordo que permite à Volkswagen eliminar postos de trabalho e direitos

Na assembleia no dia 14 de dezembro de 2021, o presidente do sindicato, Wagner Santana, o Wagnão, conseguiu aprovar novas regras, no acordo feito em setembro de 2020, que permitem a empresa colocar, até 2025, trabalhadores em lay-off, e eliminar postos de trabalho, através de PDVs, e reduzir salários e direitos.

Atualmente 2.400 operários na Volks estão em lay-off, com o contrato de trabalho suspenso, com redução de 15% nos salários e nos direitos correspondentes. Apenas o primeiro turno da fábrica está produzindo. Pelo novo acordo, 450 operários terão de aceitar o PDV. Sabemos que a pressão psicológica e o terrorismo são grandes para atingir essa meta.

Quando os companheiros da Volkswagen e demais me-

Esse boato, no entanto, trouxe à tona uma lição importante: nenhum governo eleito anulará as contrarreformas, seja a trabalhista ou a previdenciária. O Boletim Nossa Classe diz que a única forma de acabar com as reformas trabalhista e previdenciária, e a terceirização, é a classe operária se unir em todo o país, e recorrer a greves, manifestações e bloqueios.

talúrgicos entenderem o quanto a direção do sindicato tem ajudado os patrões a tirar seus empregos, reduzir os salários e destruir direitos, certamente, além de rejeitarem as propostas patronais, que a direção apresenta nas assembleias, irão criar uma oposição sindical, para arrancar os burocratas que há muito controlam o sindicato, e que o colocam a serviço das multinacionais.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem que a direção do sindicato convoque nova assembleia, onde todos tenham o direito de se expressar, para rejeitar esse acordo de demissão, e organizar a luta contra os planos da montadora. Luta essa que só pode ser com os métodos próprios da classe operária, greve, piquete e manifestações massivas de rua.

Denúncia dos operários da Volkswagen

Operários da Volkswagen denunciaram ao Nossa Classe que a fábrica começou a fazer descontos, que variam de R\$ 100 a R\$ 150 em seus salários, relacionados ao plano médico. Diante do questionamento dos companheiros, os representantes da fábrica informaram apenas que é um resíduo, e que tinham esquecido de descontar no passado. Esse é um dos exemplos das manobras feitas pela multinacional para cortar salário.

Por outro lado, a direção do sindicato, depois de fazer os

acordos traidores com a empresa, desaparece da fábrica, lava as mãos, deixando os operários à deriva, para que a empresa faça o que bem quiser.

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha em defesa da comissão de fábrica, verdadeiramente de luta. Levanta a bandeira de que é preciso recuperar o sindicato, o que significa expulsar a burocracia vendida desse organismo dos trabalhadores.

Sindicato é para lutar

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo (STILASP) fechou o dissídio nas grandes fábricas de sua atuação, como a VIGOR (10,42%), mas deixou os trabalhadores da fábrica Bela Vista a ver navios. Já são mais de 3 meses da data-base do setor de “Massas e Biscoitos”, e, até agora, nenhuma notícia!

Em seu site, não existe nenhuma notícia sobre o assunto, apenas um comunicado de férias. Ligações dos operários também não surtiram efeito. Cresce, entre os trabalhadores da fábrica,

uma revolta contra o sindicato. Não é à toa que a desfiliação vem crescendo. Mas esse não é o caminho de luta contra a direção do sindicato.

O Boletim Nossa Classe defende os operários e operárias da fábrica Bela Vista em sua luta pela reposição salarial e pelo aumento real dos salários, para melhorar sua condição de vida. Esclarece que os sindicatos são instrumentos de luta dos trabalhadores. É preciso se organizar e lutar para tirar essas direções, que abandonam os explorados e defendem os patrões

Boletim Nossa Classe – Ecetista – janeiro

O Boletim dos Correios de janeiro traz uma breve análise de pontos dos balanços de 2021, que as duas federações dos trabalhadores do setor fizeram, no final de dezembro. Busca demonstrar que as direções sindicais falseiam a realidade, apontando lutas e vitórias que não ocorreram. Afirma que o reajuste de 9,75%, alcançado no ano, resultou mais do interesse da ECT e do TST do que de qualquer Campanha Salarial, que inexistiu na prática: “O valor “conquistado” é uma migalha, diante do enorme lucro que a empresa alcançou com a superexploração dos trabalhadores dos Correios. Esse índice apenas comprova que NÃO houve Campanha Salarial em 2021. Porque, se houvesse, partiria das

perdas históricas e das necessidades atuais dos ecetistas, para garantir aumento real dos salários, o que, obviamente, não ocorreu.”

Nos últimos dois anos, os Correios lucraram cerca de R\$ 3,5 bilhões, enquanto os trabalhadores perderam conquistas históricas do Acordo Coletivo de Trabalho, em 2020. Além disso, avançou no último ano a proposta de privatização da empresa estatal. Em 2021, o projeto de lei 591/21 foi apresentado e votado na Câmara dos Deputados, em agosto. Não prosseguiu no Senado, porque as disputas interburguesas e interpartidárias adiaram esta e outras votações no segundo semestre do ano, quando os senadores se debatiam na encenação da CPI da

Covid. Não houve campanha contra a privatização dos Correios. A pressão parlamentar e a “campanha nas redes sociais” é uma mentira, que levará à entrega da empresa e a demissão em massa dos ecetistas. Por isso, o Boletim afirma: “Os direitos do Acordo Coletivo, quebrados em 2020, precisam ser reconquistados, assim como é preciso lutar por um aumento real dos salários, frente ao aumento do custo de vida. O PL 591 ou qualquer outro projeto parecido manterá a política de privatização dos Correios, porque este é o

objetivo do capital financeiro que todos os governos seguem à risca.”

O Boletim termina, chamando os trabalhadores a exigirem das direções sindicais que convoquem as assembleias presenciais de base, que chamem as Centrais a organizar a classe operária e os trabalhadores, que se construa um Dia nacional de Lutas, com paralisação das atividades, e que se construa a greve na categoria para iniciar a luta contra a privatização dos Correios.

Ato contra o aumento das passagens dos transportes coletivos

Que as direções sindicais e populares unifiquem a luta dos explorados

As esquerdas convocaram um ato em São Bernardo do Campo, para o dia 18 de janeiro, contra o aumento da passagem do transporte público, que já atinge as cidades de São Bernardo, Diadema e Mauá. A convocação foi em nome do Comitê Regional Unificado, que existe na região, desde 2012.

A concentração ocorreu na entrada do terminal de SBC, e percorreu até outro terminal do município. Não houve intervenções/falas no ato, se limitando a palavras de ordem, que, na maioria, remetiam ao prefeito de SBC – Orlando Morando, PSDB, além da tradicional bandeira da esquerda de “Fora Bolsonaro”.

O POR propôs que o ato se concentrasse na rodoviária do município, para que houvesse uma panfletagem e intervenções, com o objetivo de alcançar a população explorada, já que nesta rodoviária há movimentação de todas as linhas de ônibus do município. Mas, a proposta não foi aceita. Assim, o ato seguiu em longa

caminhada, por duas vias da principal avenida do centro.

Durante o percurso, o POR distribuiu seu panfleto. Como não havia intervenções no carro de som, os trabalhadores não entenderam o objetivo da manifestação. No entanto, o ato evidenciou a necessidade de unificação dos movimentos contra os aumentos de passagens. Mostrou a importância da convocação ser precedida de panfletagens nas fábricas, rodoviárias e estações de trens. Fundamentalmente, o vínculo dessa luta com a defesa das reivindicações dos explorados, de emprego, salário e direitos trabalhistas. Por fim, deixou claro que é preciso que as direções sindicais e populares organizem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, unindo as lutas da classe operária e demais oprimidos em um poderoso movimento contra as medidas governamentais e patronais, que descarregam a crise econômica e sanitária sobre os ombros da maioria da população.

Rechaçar a violenta exploração do trabalho e todas as formas de discriminação

As relações trabalhistas e sociais se vêm decompondo, fruto da desagregação do capitalismo. Retomam-se as velhas ideologias obscurantistas, religiosas, e avançam as discriminações sociais. Não por acaso, burguesia e governantes impõem as contrarreformas trabalhista e previdenciária, arrancando antigos direitos conquistados pelos trabalhadores. E não por acaso, surgem grupos “negacionistas”, contrários à ciência, e obscurantistas.

No Brasil, desde a aprovação da reforma trabalhista e a Lei da Terceirização, assistimos ao crescimento da precarização das condições de trabalho. A terceirização ganhou terreno nos serviços públicos, o que inclui a Educação. E as consequências são trágicas: 1) empresas terceirizadas pagam salários mais baixos; 2) atrasam salários; 3) demitem, e não pagam os direitos; 4) reduzem jornada, com corte de salário; 5) exercem discriminação na contratação de mão-de-obra; 6) submetem o trabalhador a uma brutal exploração. Por sua vez, os desempregados acabam sendo obrigados a assumir essa condição de trabalho, como única fonte de subsistência.

Em Mauá, a empresa SR Serviços Terceirizados Eireli, que presta serviços de limpeza nas escolas estaduais, e paga salário de fome, chegou ao ponto de não contratar uma funcionária transsexual, alegando que não teria vagas para pessoas do sexo masculino, desrespeitando a orientação sexual da funcionária.

O que causou uma denúncia da empresa junto à diretoria de ensino. Como se vê, a discriminação sexual é uma chaga do capitalismo, que se espalha com sua desagregação. Os capitalistas discriminam a mulher do homem, o negro do branco, e os homossexuais. A SR Serviços Terceirizados não faz senão reproduzir essa discriminação.

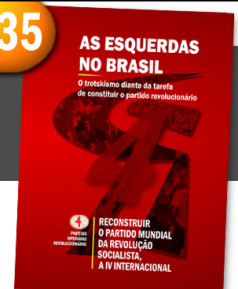
O problema está em que as direções sindicais e dos movimentos se limitam a denunciar as brutalidades das contrarreformas e da discriminação. É preciso ir além. Para isso, é fundamental a organização dos explorados, visando a constituir uma poderosa frente de luta, para pôr abaixo as reformas trabalhista, previdenciária e a terceirização. O que só é possível por meio da unidade dos trabalhadores, e com seus métodos próprios de combate – greves, bloqueios e manifestações.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Rio de Janeiro

Mais uma ação policial no Jacarezinho

As polícias militar e civil do Rio de Janeiro fizeram, no dia 19, mais uma operação no Jacarezinho, Zona Norte. A favela foi palco recente da maior chacina realizada por essa polícia. A operação impressiona pelo tamanho, 1.200 policiais (800 militares e 400 civis). Foram realizados mandados de busca e apreensão, inclusive de adolescentes.

O governador Cláudio Castro deu uma declaração, dizendo que a operação faz parte de um projeto maior, que vai levar “*dignidade e oportunidade*” para a população. No entanto, não deu qualquer detalhe sobre esse suposto projeto maior. Nem explicou como essa operação,

chamada de “*Retomada de território*”, tem alguma coisa a ver com dignidade e oportunidade. O que aconteceu foi o contrário, a população relatou, nos canais de bairro, o medo e a insegurança, com a presença da polícia na calada da noite. O prefeito Eduardo Paes apoiou a ação.

As favelas do Rio não deixaram de padecer da violência policial durante a Pandemia. Mesmo com o decreto que proibia as operações, em 2020 e 2021. Com todas as dificuldades que pesam sobre os pobres e miseráveis desses locais, é preciso compreender que todas as experiências de ocupação policial das favelas, incluindo as UPP com apoio pe-

tista, só levaram barbárie e desgraça para os explorados.

O POR se coloca contra a ocupação do Jacarezinho e as falácias de levar “*oportunidade e dignidade*” para os favelados. Quer falar de oportunidade? Garanta emprego, salário e os direitos dos trabalhadores! Dignidade, só existe com a luta! Os moradores do Jacarezinho e das favelas próximas, que estão sob intervenção (Manguinhos e Bandeira 2), devem se organizar em suas entidades de classe e movimentos de bairro, em defesa de um programa próprio de reivindicações, além dos seus métodos próprios de luta. Abaixo a intervenção de Castro e Paes!

CNTE reforça a onda de Congressos sindicais virtuais

Avança a política antidemocrática e eleitoreira da direção burocrática

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou, entre os dias 13 e 15 de janeiro, o seu 34º Congresso. Foi um encontro que nasceu prejudicado, pelo fato de ser virtual. Fora isso, aprofundou problemas antigos, como o controle burocrático, o eleitoralismo e o caráter distracionista. A gestão que se encerrou não fez qualquer balanço autocrítico, pelo contrário, compareceu com um discurso exitista, completamente descolado da realidade. A nova gestão, por sua vez, já assume com a marca de uma manobra antidemocrática, que foi o corte de 20% na eleição – já comprometida por se ter realizado virtualmente.

O problema da realização pelo formato on-line foi tratado desde a abertura, pelo presidente Heleno Araújo (o qual foi reeleito), que utilizou como argumento a existência de um decreto do governo do Distrito Federal, que limitava as aglomerações e eventos presenciais, devido às variantes da Covid-19. Argumento falacioso, dado que a direção trabalhou, desde o início, com a perspectiva de um Congresso virtual, e o referido decreto foi publicado poucos dias antes da abertura do encontro.

A Corrente Proletária na Educação/POR participou com apenas um delegado, com o objetivo de tornar pública a sua posição, contrária à realização virtual do Congresso da CNTE. Era necessário que o encontro fosse remarcado, para que se realizasse presencialmente. Embora se tenha inscrito para falar, não teve acesso a esse direito elementar da democracia operária. Publicou no chat uma declaração com esse conteúdo, além da defesa de que os sindicatos, confederações, centrais e movimentos sociais convocassem as assembleias presenciais unificadas, para organizar a resistência coletiva, com o método da ação direta, no campo da independência de classe.

O POR tem insistido no posicionamento de que os trabalhadores, entre eles os da Educação, precisam das suas ferramentas de luta (principalmente os sindicatos), para organizar a resistência coletiva. Resistência coletiva que só pode se dar presencialmente, com os explorados se manifestando nas ruas, com o

método da ação direta. Agora, no começo de 2022, já estão em perspectiva algumas mobilizações importantes, a exemplo da luta contra o aumento das tarifas de transporte em vários lugares, assim como o combate dos médicos da rede municipal de SP, em defesa de seus direitos, e outras lutas. Enfim, as condições concretas das massas, que só pioram a cada dia, têm impulsionado os levantes, e o setor da Educação tem ocupado um papel de destaque nesse processo.

A tarefa de um verdadeiro Congresso da CNTE era a de unificar e generalizar as lutas. A política corporativista, que isola as categorias, é extremamente nociva. Impede que os trabalhadores coloquem de pé toda a força social e política que pode e deve ser erguida, para que os explorados enfrentem os ataques da burguesia e dos governos. É necessário organizar os trabalhadores, para combater em defesa das reivindicações mais sentidas das massas, ou seja, os empregos, os salários e os direitos trabalhistas.

Não há outro caminho. Os quase dois anos de Pandemia já provaram que a política do “Fique em casa” só pode levar à derrota. A experiência das mobilizações da Educação em São Paulo, nas redes estadual e municipal (capital), foi importante nesse sentido: revelou que os trabalhadores, isolados em suas casas e de forma passiva, não reúnem a força social para reverter a correlação de forças em nosso favor. Em outras palavras, os trabalhadores não conseguem se impor, diante de seu inimigo de classe, não há como derrotar a burguesia e seus governos por essa via. Experiências semelhantes à de São Paulo trouxeram a mesma lição fundamental: é preciso mudar a orientação política e os métodos de luta.

O balanço da direção da CNTE, contudo, ocultou as derrotas sofridas nacionalmente pelo magistério e pelos trabalhadores em geral, apresentando o ano de 2021 como “vitorioso”. Apoiou-se em aspectos circunstanciais, como a não aprovação, até o momento, da PEC 32, sem explicar devidamente as disputas interburguesas e as pressões corporativistas que fizeram e fazem parte do jogo político em torno da reforma administrativa.

Ou seja, falseou a realidade, como se tivesse sido uma conquista da “luta” da CNTE, quando esta, na verdade, permaneceu no imobilismo, muito aquém da organização coletiva necessária para conquistar a retirada definitiva da PEC.

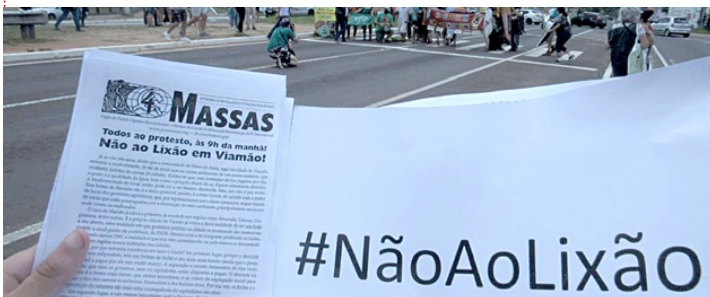
Esse balanço enviesado da direção da entidade compareceu quase sempre ligado às críticas ao governo Bolsonaro, de maneira a permitir a defesa da candidatura de Lula. O que não é surpresa alguma, pois, há anos, a direção da CNTE se encontra nas mãos do PT. É o que explica também as diversas falas de embelezamento dos anos sob o governo petista na Presidência, encobrindo o papel que os reformistas tiveram no crescimento do privatismo e em vários outros problemas.

Como se vê, foi um Congresso altamente controlado e marcado pelo eleitoralismo. O que exigia uma resposta à altura por parte da oposição. O problema é que as diversas correntes oposicionistas se colocaram objetivamente no mesmo campo político da direção, na medida em que não se posicionaram contra a realização virtual do Congresso. Alguns agrupamentos apenas

colocaram objeções de forma, como a instabilidade do sistema on-line e outros problemas técnicos. Foi bastante sintomática a intervenção dessas correntes durante a aprovação dos Regimentos. Fizeram apenas colocações secundárias, de forma, a exemplo da ordem dos trabalhos no Cronograma, quantidade de declarações de abstenção (se 3 ou 6), aspectos relacionados ao credenciamento de delegados, e pontos sobre a eleição da entidade.

A conclusão é que a oposição não se mostrou à altura da tarefa de derrotar politicamente a atual direção. A vitória da chapa de continuidade, na pseudo-eleição virtual, foi resultado de uma manobra antidemocrática, que já vem de longa data. A CNTE não passa de um aparato da burocracia petista. Não tem servido para organizar a luta nacional dos trabalhadores da educação. A vanguarda classista tem a tarefa de recuperar esse instrumento, o que implica organizar a luta para pôr abaixo as contrarreformas educacionais dos governantes, com os métodos próprios dos explorados. Para isso, é preciso remover um obstáculo, que é a sua direção burocrática, conciliadora e antidemocrática.

Rio Grande do Sul: Ato “Não ao Lixão” em Viamão



No último dia 9/01/22, realizou-se uma manifestação contra o Lixão na cidade, que se concentrou na entrada do centro de Viamão. Estiveram presentes, em média, 100 pessoas, a maioria já antiga no movimento, que existe há 3 anos, distribuindo panfletos para quem passava pelo movimento e sentia as consequências ambientais das ações (e falta de ações) do governo. Na tentativa de barrar a colocação de um aterro sanitário, também se posicionaram na sinaleira, com cartazes e faixas.

Houve a oportunidade de fala, no qual um camarada, simpatizante do POR, expressou a necessidade da luta conjunta do proletariado contra os ataques da burguesia ao meio ambiente e às nossas vidas, alertando sobre o impacto catastrófico nas condições de vida dos explorados, diante do lixo descartado indevidamente, contaminando a água e o ar. Ressaltou que o fato vem ocorrendo, mesmo sob a lei burguesa de 1990, proibitiva a formações de lixões. Como se vê, a burguesia e seus governos manejam as leis de acordo com seus próprios interesses. Destacou-se também a cegueira oportunista das entidades do meio ambiente, sobre as consequências de aterros sanitários que já mataram 8 nascentes de água.

Vimos um militante do PSOL, cuja intervenção foi bastante radicalizada, frisando a defesa da não conciliação de classes, chegando a defender a revolução. Uma retórica bastante distinta da ação prática do PSOL, de canalizar e desviar o movimento para saídas legais e institucionais, tão próprias da conciliação de classes, que o seu representante negou em palavras, mas que sua organização executa cotidianamente. Essa atitude só demonstra o oportunismo descarado das correntes de esquer-



da, frente aos movimentos mais isolados, que possuem em seu interior um partido verdadeiramente revolucionário. Essa situação impõe determinados militantes do PSOL a necessidade de firmar determinadas posições que não coincidem com a sua prática.

Os simpatizantes do POR entregaram um manifesto, elaborado para o movimento do “Não ao Lixão”, abordando os grandes problemas ambientais, interligados à demanda da burguesia pelo lucro acima de tudo, relacionando à Pandemia da Covid 19, que já perdura 2 anos, pela incapacidade da classe opressora e exploradora de conter as crises (econômica, sanitária e social), agravadas pelas questões ambientais. O manifesto também reafirma a necessidade da união na luta em defesa da vida das massas, cada vez mais suscetíveis às intempéries ambientais, devido à ação destrutiva do homem sobre a natureza. Ressaltou que nenhum governo burguês, de direita, ou de esquerda, irá conter essa destruição, como demonstra historicamente o descaso de vários governos com a natureza, cuja proteção é inconciliável com a busca do lucro. Apenas a revolução proletária poderá cessar a destruição da natureza pelo capitalismo.

Para defender de fato as condições ambientais, partindo das condições de vida e trabalho, é preciso avançar por meio da luta de classes. A mobilização pelas reivindicações, como a de “Não ao Lixão”, deve se ligar e unir os explorados em geral para lutar, com seus próprios métodos e com sua própria organização independente, num só movimento contra os capitalistas e seus governos. Por um dia nacional de lutas, com paralisações e bloqueios, para defender as reivindicações com as próprias mãos.

Assassinatos de ambientalista e quilombola marcam o início de 2022

Zé Lago, como era conhecido, sua companheira e a filha foram assassinados, nos primeiros dias de janeiro. Viviam em Cachoeira da Mucura, próximo da cidade de São Felix do Xingu, no estado do Pará. Mais um crime bárbaro, contra os que defendem a preservação da Amazônia da ação do agronegócio, das madeireiras, dos mineradores e dos fazendeiros.

A ação de jagunços e pistoleiros, a mando dos exploradores e do desmatamento da Amazônia, contra os ambientalistas, tem sido corriqueira. Conta a seu favor com a proteção do Estado e, em particular, com o governo Bolsonaro.

O assassinado da família de Zé Lago não foi o primeiro, nesse ano que se inicia. No dia 3 de janeiro, José Francisco Lopes Rodrigues, um quilombola, foi também vítima de um atentado, na comunidade Cedro, em Arari, Maranhão. Arari tem sido marcado por conflitos agrários. Durante a Pandemia, ocorreram 5 assassinatos de

milитantes do Fóruns e Redes de Cidadania, que lutam contra a depredação de áreas de uso comum, por latifundiários, que praticam a monocultura e a criação de búfalos.

A ação de jagunços e pistoleiros, a mando dos exploradores e do desmatamento da Amazônia, contra os ambientalistas, tem sido corriqueira. Conta a seu favor com a proteção do Estado e, em particular, com a do governo Bolsonaro.

As denúncias de assassinatos, prisões e atentados no Pará e Maranhão vêm de longa data. Basta lembrar a chacina de Eldorado dos Carajás, ocorrida há 25 anos; o assassinato de Dorothy Stang, há 15 anos atrás, ambos no Pará, e o extermínio de 9 lideranças camponesas, somente no ano passado, no Maranhão,

para ver o quanto vêm avançando os crimes da burguesia e do Estado sobre os lutadores na região. São crimes que passam impunes.

Lamentavelmente, as direções sindicais e populares se limitam a denunciar os assassinatos, e a discursar contra a política dos governantes e da burguesia. Não há disposição para organizar um poderoso movimento nacional contra os assassinatos de camponeses, quilombolas, indígenas e ribeirinhos. Assim, governos, Justiça e burguesia de conjunto não enfrentam a resistência coletiva dos explorados, contra as medidas e leis que protegem a ação dos grileiros, madeireiros, latifundiários, e contra a impunidade diante dos assassinatos. Entra governo e sai governo, e os conflitos no campo, em particular, na região amazônica, não param de crescer. É tarefa da vanguarda com consciência de classe exigir que as direções sindicais, políticas e populares organizem a luta nacional, para pôr fim à matança dos lutadores no campo.

Nota sobre a distribuição do Boletim Nossa Classe, extraordinário, distribuído na Fábrica de Biscoitos Bela Vista

Ano novo, salário velho

Entra ano e sai ano, nossos salários perdem para a alta do custo de vida. Poucas foram as categorias que conseguiram reajustar os salários de acordo com a inflação. Eis por que o reajuste médio dos trabalhadores foi de 6,5%. Segundo dados do próprio governo, várias categorias tiveram reajustes entre 3,7% e 4,1%. Dentre os trabalhadores que ainda não receberam reajuste salarial do ano de 2021, encontram-se os operários e operárias da fábrica de Massas e Biscoitos Bela Vista, zona norte de São Paulo.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo (STILASP) fechou o dissídio nas grandes fábricas de sua atuação, como a VIGOR (10,42%), mas

deixou os trabalhadores da fábrica Bela Vista a ver navios. Já são quase 4 meses da data base do setor de “Massas e Biscoitos”, e, até agora, nenhuma notícia!

O Boletim Nossa Classe preparou uma edição especial, na tentativa de conscientizar e organizar os operários em torno à luta pelo dissídio, e o que fazer diante do abandono da direção sindical.

A distribuição na fábrica se deu com as palavras de ordem “Cadê o dissídio?”, “Ano Novo, salário velho!” e “tem de pressionar a direção do sindicato”. Praticamente, todos os operários concordavam e pronunciavam frases de apoio. Os operários não sabem como se organizar para pressionar os

sindicatos, alguns falaram sobre as assembleias, mas, diante do isolamento e passividade de outros camaradas, ficaram apenas lamentando a situação. O instinto de revolta com o abandono do sindicato está evidente. Entretanto, o Boletim Nossa Classe compreende que a revolta com o sindicato é expressão da crise de direção revolucionária do proletariado.

Os operários e operárias da fábrica Bela Vista estão aprendendo na prática as lições da luta de classes. A vanguarda com consciência de classe precisa lutar em defesa do sindicato, e contra as direções burocratizadas e pelegas. E colocar esse instrumento de luta nas mãos dos operários, com a política do proletariado.

TRABALHADORES DA SAÚDE FAZEM PROTESTOS, MAS SUSPENDEM A GREVE

Os trabalhadores da Saúde de São Paulo, de Atenção Primária, que atuam nas UBSs, foram proibidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a fazer a greve, a partir do dia 19 de janeiro. Reivindicam, da Prefeitura de São Paulo, a reestruturação das equipes desfalcadas, e um plano de reposição dos profissionais afastados, por gripe ou Covid-19. A lista completa de reivindicações inclui a contratação imediata de mais equipes de síndrome gripais, desobrigação do comparecimento em fins de semana e feriados, e abertura de negociação entre sindicato e prefeitura.

O sindicato da categoria (Simesp)

aceitou a suspensão da paralisação, respaldado pela Assembleia Geral Extraordinária, que contou com apenas 200 trabalhadores. Com o argumento de que o TJ estipulou uma multa de R\$ 600 mil por dia, em caso de descumprimento, a direção propôs a suspensão da greve. A data para a audiência de conciliação foi marcada para o dia 27 de janeiro. Diante da ameaça de paralisação, o governo foi obrigado a se pronunciar em favor do pagamento das horas extras, e a contratação de 700 novos servidores da Saúde.

É preciso destacar que os servidores federais da Saúde também estão em Campanha Salarial, e realizaram um

Dia Nacional de Lutas, Mobilização e Paralisação, no dia 18 de janeiro. Sua reivindicação é de reajuste salarial de 19,99%, relativos às perdas de 2019 e 2020. As direções do movimento aventaram a possibilidade de greve nacional do setor público, para 9 de março.

O Boletim Nossa Classe e o POR vêm insistindo na defesa de que as centrais, sindicatos e movimento organizem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. A luta dos servidores da Saúde deve ser unificada com a da classe operária e demais explorados, por emprego, reajuste imediato dos salários e defesa dos direitos trabalhistas.

O que está por trás do balanço dos burocratas sindicais

A Tribuna Metalúrgica, de 19 de janeiro, traçou um panorama, para 2022, de ampliação da miséria, da fome e do desemprego. Diz que o ano de 2021 foi catastrófico para os trabalhadores. Ressaltou a inflação de 10,16%, e a elevação geral dos preços do combustível e alimentos. Conclui afirmando que no presente ano a tendência é de crescimento do desemprego.

De fato, os governantes e os capitalistas continuam descarregando a crise econômica sobre as costas dos trabalhadores. A inflação atingiu dois dígitos, e o custo da cesta-básica foi às alturas. E os salários não foram reajustados para acompanhar o custo de vida. Mas, a pergunta que se deve fazer é: por que as lutas operárias e populares foram contidas? Por que as direções sindicais permaneceram na mais completa passividade, por cerca de um ano e meio? Por que se recusaram a organizar a campanha salarial unificada dos metalúrgicos?

Por que aceitaram os acordos de fechamento de fábricas, de redução salarial e de suspensão de contratos de trabalho? Na realidade, esse deveria ser o verdadeiro balanço.

No fundo, essa avaliação da direção do sindicato traz um recado: a situação pode modificar-se. Para isso, segundo eles, é preciso derrotar Bolsonaro nas urnas, elegendo Lula como presidente da República. Certamente, durante os nove meses que antecedem às eleições, os sindicatos serão colocados a serviço da eleição de Lula. Por isso, o balanço da trágica situação de desemprego, fome e miséria é para alimentar o eleitoralismo nas bases sindicais.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é combater essa política eleitoreira e traidora dos burocratas sindicais, e trabalhar no sentido de recuperar os organismos de luta dos trabalhadores, para que possam ser colocados a serviço das reivindicações da classe operária e demais explorados.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Nesta edição:

- **CERQUI:** Disputa pela Ucrânia – perigo de guerra.
- **EUA:** Um ano da eleição de Joe Biden.
- **Bolívia:** Posições negacionistas, conspiratórias e anticientíficas contra as vacinas. / O avanço científico é progressivo, ainda que esteja submetido aos interesses do capital. / A que fins políticos serve a campanha antivacina.
- **Argentina:** Avança a entrega do país para garantir o pagamento ao FMI / Aprofunda-se a adaptação da FIT-U à democracia burguesa.
- **Lênin:** Lênin na tribuna / Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Introdução à Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional sobre a crise ucraniana

No momento de publicar a Declaração, ocorreu um novo fato: o governo dos Estados Unidos autorizou à Letônia, Estônia e Lituânia a enviarem pesado armamento para a Ucrânia. A Rússia, por sua vez, havia movimentado tropas para a Belarus, que faz fronteira com a Ucrânia. Os três países bálticos que fizeram parte da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se tornaram instrumentos do imperialismo norte-americano e europeu. Juntamente com as ex-repúblicas do Leste Europeu, formaram um cinturão militar comandado pela OTAN. Também se noticiou que a Rússia, China e Irã realizarão exercícios navais conjuntos. Tudo indica que esse conflito –, depois da crise dos mísseis em 1962, em plena “Guerra Fria”, quando a URSS procurou instalar mísseis em

Cuba – é o mais grave, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e a Guerra da Coreia. Ao fracasso das três reuniões diplomáticas entre Estados Unidos, Rússia e OTAN, se seguiu o recrudescimento da preparação para uma guerra, que inicialmente envolveria a Rússia e a Ucrânia, mas poderá se ampliar com a intervenção dos Estados Unidos e OTAN.

A classe operária e suas organizações não podem ficar à margem do avanço do militarismo e da potenciação das tendências bélicas, que podem resultar em um grave confronto entre potências munidas de poderosos aparatos destrutivos.

Abaixo publicamos o posicionamento programático do CERQUI



Declaração

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Disputa pela Ucrânia – perigo de guerra

18 de janeiro de 2022

Cem mil soldados russos deslocados para a fronteira com a Ucrânia assinalaram a possibilidade de guerra. Os Estados Unidos se dispuseram a discutir as exigências da Rússia. Duas reuniões se realizaram, nos dias 10 e 12 de janeiro. Não houve um acordo. O impasse permanece. As notícias são de que, no inverno, torna-se mais difícil a movimentação militar. Estaria aí uma justificativa para manter suspenso o conflito por algum tempo, caso um acordo não seja alcançado.

As conversações diplomáticas e as pressões internacionais indicam que a possibilidade de guerra está posta. A questão de quando, ou se Putin e os generais russos autorizarão a invasão da Ucrânia é uma incógnita, que ainda depende dos desdobramentos das negociações. Se a resposta dependesse dos resultados das reuniões até aqui divulgados, a guerra poderia se precipitar, ou então a Rússia teria de recuar de cabeça baixa.

Os desdobramentos dessa ameaça de guerra dependem somente das forças burguesas em choque – de um lado, o imperialismo norte-americano e o europeu ocidental; de outro, a oligarquia russa burguesa-restauracionista. Nem o proletariado russo, nem o ucraniano, nem o norte-americano, nem o

europeu ocidental está em condições de se levantar imediatamente contra a guerra, pelo fim de toda opressão nacional, pela destruição do domínio imperialista e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. Está aí posta a gravidade da crise mundial de direção revolucionária, que resultou do processo de degeneração estalinista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da liquidação da III Internacional e, finalmente, do desmoronamento da própria URSS.

Guerras e intervenções regionais e locais vêm ocorrendo incessantemente, após a Segunda Guerra Mundial. O capitalismo em decomposição não tem como eliminar ou arrefecer suas tendências bélicas, que nascem e renascem dos choques entre as forças produtivas amadurecidas e as relações capitalistas de produção, condicionadas pelos monopólios e pelo parasitismo do capital financeiro.

O cerco da OTAN à Rússia, com a cooptação dos países que se desprenderam da URSS, e a instalação de bases militares no Leste Europeu são os principais motivos de Putin para movimentar tropas na fronteira com a Ucrânia. O processo de desmoronamento do sistema de “repúblicas populares” no

Leste Europeu, incluindo a Alemanha Oriental, resultante da partilha do mundo do pós-guerra, iniciado em 1968, com a invasão russa à Checoslováquia, e retomado em 1989, com a reunificação da Alemanha, impulsionou as forças centrífugas que acabaram por implodir a URSS, despedaçando-a em 15 países. Em suas bases, estavam as tendências restauracionistas, que não poderiam ser sufocadas com medidas militares, e imposição de governos burocrático-ditatoriais, como se assinalou com a invasão soviética à Hungria, em 1956, e o esmagamento do movimento nacionalista burguês e pequeno-burguês.

As forças mundiais do capitalismo, que emergiram da maciça destruição de forças produtivas, chefiadas pelos Estados Unidos, se chocaram com as atrasadas economias, que não podiam avançar na transição do capitalismo ao socialismo, encarceradas nas fronteiras nacionais. A participação da URSS estalinizada – submetida ao programa do socialismo nacional –, na nova partilha do mundo, favoreceu o imperialismo, que passou a contar com o desarme programático, ideológico, político e organizativo do proletariado mundial.

A dissolução da III Internacional, a mando de Stálin, em 1943, expressou de forma mais acabada o desarme. Os impasses no sistema burocrático de repúblicas populares, que nasceu da partilha do mundo, foram agravando-se, na medida em que permaneceram vigentes a pequena propriedade dos meios de produção, principalmente no campo, e os obstáculos à construção das forças produtivas socialistas, dependentes da grande indústria e da elevação da técnica, que esbarraram nos limites impostos pelo domínio imperialista. As rupturas que se manifestaram em 1989, depois da grande crise econômica mundial dos anos de 1970, se voltaram contra a URSS burocratizada.

O imperialismo europeu e o norte-americano passaram a se valer do triunfo da “Guerra Fria”, lançada por Harry Truman, em 1947, contra o comunismo. De fato, contra as conquistas da revolução proletária na Rússia, a expropriação da burguesia, o fim da opressão nacional, a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a abertura da transição do capitalismo ao socialismo na Rússia, o impulso às revoluções na Europa e no mundo, e a constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a III Internacional.

A Revolução Chinesa, em 1949, por sua vez, refletiu o período histórico entre as duas guerras mundiais, de transição do capitalismo em decomposição ao socialismo. Contrapunha-se à “Doutrina Truman”, e à elevação definitiva dos Estados Unidos à potência hegemônica, nas condições de declínio da Europa Ocidental. A solução das arraigadas tarefas democráticas e a construção das bases socialistas da economia dependiam, não apenas dos acertos da política econômica do Partido Comunista, mas também da continuidade da revolução europeia e fortalecimento da URSS, como carro chefe das forças produtivas socialistas. A degeneração burocrática, impulsionada pelo nacionalismo estalinista, potenciou o nacionalismo chinês sobre a possibilidade de desenvolver o socialismo no marco das fronteiras nacionais. Estabelecida a divisão sino-soviética, abria-se caminho para o imperialismo avançar sob a Doutrina Truman. A China se recusou a compor o Pacto de Varsóvia, e a OTAN se ergueu como um potente pacto militar interimperialista, sob a orientação dos Estados Unidos.

A ruptura no Leste Europeu e, finalmente, a desintegração da URSS implicariam uma ocupação de espaço pelas forças das potências. As ex-repúblicas populares voltavam à órbita do imperialismo europeu, que seguia as diretrizes da OTAN. Mas, a Federação Russa, que surgiu dos escombros da URSS, mantinha sua independência conquistada pela revolução proletária, e sua condição de potência regional mais avançada que o velho Grã-Império russo. O socialismo nacional de Mao Tsé Tung, que resistiu à política de coexistência pacífica de Nikita Krushchov, concluiu em 1972, com um acordo de cooperação com os Estados Unidos, sob a inspiração do governo de Richard Nixon. De forma que a estratégia imperialista de consolidar o processo de restauração se daria nas duas vertentes do socialismo nacional. Estavam dadas as condições mundiais para a aliança imperialista, surgida no pós-guerra, alcançar o seu maior e mais profundo objetivo – a liquidação da URSS, a mais poderosa e avançada cidadela do proletariado mundial, erguida em sua luta histórica, no período de transição do capitalismo ao socialismo. A sua derrocada final, resultante de um processo que se iniciou prematuramente – em 1924 –, porém, não eliminou o período de transição do capitalismo ao socialismo, que é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

O imperialismo europeu e o norte-americano passaram a se valer do triunfo da “Guerra Fria”, lançada por Harry Truman, em 1947, contra o comunismo. De fato, contra as conquistas da revolução proletária na Rússia, a expropriação da burguesia, o fim da opressão nacional, a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a abertura da transição do capitalismo ao socialismo na Rússia, o impulso às revoluções na Europa e no mundo, e a constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a III Internacional.

O imperialismo decretou o fim da “Guerra Fria”, cujo conteúdo era o de varrer a URSS, e assim reatar o elo da cadeia do capitalismo, que se havia rompido com a revolução russa, sob a direção do partido bolchevique marxista-leninista. Ronald Reagan e Mikhail Gorbachov deram um primeiro passo em tratados de redução do armamento nuclear. Na realidade, a meta foi a de desarmar o máximo possível a ex-URSS, uma vez que era e é incomparável a superioridade militar dos EUA.

A propaganda ideológica do imperialismo foi a de que, com o fim da “Guerra Fria”, entrava-se em um período de pacificação. Descarregava-se a responsabilidade da corrida bélica à URSS, ao comunismo. Desaparecida a sombra das revoluções proletárias na Europa, a segurança dos EUA estaria garantida. Em 1999, a Polónia aderiu à OTAN, juntamente com a Hungria e República Checa. Foi um primeiro passo para o imperialismo incorporar os países bálticos e a Bulgária. Ficaram a descoberto dois países-chaves, a Ucrânia e a Geórgia. Na “Cúpula de Bucareste”, de 2008, ficou assentado que seria questão de tempo para que a OTAN fechasse o cerco estratégico à Rússia.

A Albânia e a Croácia foram admitidas. Ficou como objetivo alcançar a Ucrânia e a Geórgia. Estava claro que a Rússia não poderia deixar de reagir, de forma que os EUA e aliados europeus foram gradualmente armando uma cortina de ferro à Rússia. Não apenas incorporavam as ex-repúblicas soviéticas à OTAN, como utilizavam seus territórios para montar bases militares. A Polônia cedeu seu território para os EUA constituírem um sistema de mísseis. Em contrapartida, a OTAN rearmou o exército polonês, voltado contra a Rússia, em nome da defesa nacional.

A dissolução da URSS, que supostamente seguiria o plano gradualista da Glasnost e Perestroika, de Gorbachov, negociado com os Estados Unidos, ocorreu sobre a base de uma crise política e social convulsiva. Eclodiram guerras separatistas, sendo a mais sangrenta a Guerra na Chechênia, entre 1994 e 2004. A questão ucraniana se situa no marco da desintegração da URSS, e da necessidade da Rússia em manter seu domínio regional, cujas raízes históricas deitam-se no antigo império feudal Grão-Russo.

A revolução proletária e a criação da URSS iniciavam um longo e tortuoso processo de superação da opressão nacional, sob a garantia do direito à autodeterminação dos povos e nações escravizadas no capitalismo. O que implicava avançar a construção do socialismo, em consonância com o desenvolvimento da revolução mundial, como fundamentou o bolchevismo, sob a direção de Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin. A vitória da contrarrevolução burguesa retrocedeu a luta do proletariado contra a opressão nacional e de classe, restabelecendo as velhas relações de dominação, e dando lugar a guerras civis e de intervencionismo russo. O nacionalismo despertado pelo processo de restauração e decomposição do sistema soviético, sob as diretrizes da burocracia estalinista, se tornou um meio favorável à penetração do imperialismo. É o que se verificou nos levantes populares no Leste Europeu, na guerra da Iugoslávia, Chechênia, Geórgia, etc. E o que se passou com a crise que abalou a Ucrânia, entre 2013 e 2014.

Em todos os conflitos e choques, estiveram presentes as mãos dos EUA. O levante contra o presidente ucraniano pró-russo, Viktor Yanukovych, e sua derrubada, se deram precisamente porque se negou a cumprir o acordo de subordinação do país à União Europeia, primeiro passo para se submeter às ordens da OTAN. Instalou-se uma guerra civil, não resolvida, e que conduziu à divisão da Ucrânia, e anexação da Criméia pela Rússia. A burocracia oligárquica ucraniana restauracionista se valeu do nacionalismo para levar o país a se submeter ao imperialismo, como se essa via fosse a garantia da independência diante da Rússia. A troca de um amo por outro é própria dos arrivistas, que colocam seus interesses oligárquicos acima dos interesses da nação oprimida. O fato é que a vitória da fração pró-União Europeia despedaçou a Ucrânia, e serviu ao objetivo do imperialismo de apertar o cerco à Rússia.

Sob a política burocrática do estalinismo, sufocou-se a organização do proletariado, como a única classe capaz de encarnar a propriedade social, e desenvolver as relações socialistas de produção. Condição essa decisiva para enfrentar o cerco imperialista, em quaisquer circunstâncias. A crise de 1939 pôs à luz do dia as tendências centrífugas que iriam se potenciar e concluir com o desmoronamento da URSS, sob os impulsos internos e externos.

A mobilização militar ordenada por Putin para a fronteira com a Ucrânia representa uma autodefesa, diante do avanço da OTAN, mas também um ato de opressão nacional. Esse dilema não pode confundir a política do proletariado. A Rússia não tem como conservar seu poder regional, a não ser exercendo o domínio imperialista sobre as repúblicas que se desprenderam da URSS. E o imperialismo norte-americano se vale dessa contradição, para avançar contra a Rússia, por meio das nações oprimidas. É o que se passou, desde a quebra da URSS, com a incorporação das repúblicas populares do Leste Europeu à União Europeia e, em seguida, com as ex-repúblicas soviéticas, que se insurgiram contra a centralização burocrático-autoritária da Rússia.

Em 1939, momento em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial, com a invasão alemã da Polônia, na Ucrânia despertaram forças nacionalistas antissoviéticas, sem que o proletariado as combatesse, em uma evidente atitude de passividade, motivada pelo descontentamento com a burocracia estalinista. Trotsky refere-se ao “estrangulamento burocrático

do povo ucraniano” e defende que a vanguarda revolucionária deveria intervir junto à classe operária e à pequena burguesia, sob a bandeira de “uma Ucrânia soviética independente”. Essa era a via para combater, de um lado, os nacionalistas pró-capitalistas (parte deles pró-nazista), de outro, o seu esmagamento, no marco da URSS degenerada pelo autoritarismo burocrático. Chegava-se a tal situação que refletia que “malgrado o gigantesco avanço realizado pela Revolução de Outubro no terreno das relações internacionais, a revolução proletária, isolada em um só país atrasado, tem sido incapaz de resolver a questão nacional, especialmente a ucraniana, que é, em essência, de caráter internacional. A reação termidoriana, coroada pela burocracia bonapartista, fez retroceder as massas, também na esfera na-

cional. A maioria do povo ucraniano está insatisfeita com a situação da nação, e deseja mudá-la drasticamente. Este é o fato do qual tem de partir a política revolucionária, diferentemente do que faz a burocrática e a sectária.” (“A independência da Ucrânia e a confusão sectária”, julho de 1939).

Sob a política burocrática do estalinismo, sufocou-se a organização do proletariado, como a única classe capaz de encarnar a propriedade social, e desenvolver as relações socialistas de produção. Condição essa decisiva para enfrentar o cerco imperialista, em quaisquer circunstâncias. A crise de 1939 pôs à luz do dia as tendências centrífugas que iriam se potenciar e concluir com o desmoronamento da URSS, sob os impulsos internos e externos.

O objetivo da burocracia restauracionista, que acabou sendo expressa por Gorbachov, era o de realizar uma transição ordenada de volta ao capitalismo, com auxílio do imperialismo. Seu governo mergulhou em uma profunda crise política, em 1991, no momento em que se operava a dissolução da URSS. A tentativa de golpe de Estado, levada a cabo pelo sucessor de

Gorbachov, Boris Iéltsin, fracassou, mas triunfou em 1993, de forma sangrenta, objetivando estabelecer uma ditadura bonapartista, que acelerasse a dissolução da URSS, o processo de privatização e a abertura à penetração do capital internacional. É nesse marco de decomposição que se inicia a bárbara Guerra da Chechênia, assinalando o novo curso da aberta opressão nacional pela Rússia.

A substituição de Iéltsin por Putin ordenou o processo de restauração por meio do capitalismo de Estado, disciplinando a oligarquia russa, e pondo limites à penetração do capital internacional. A Guerra do Kosovo, que acabou por destruir a Iugoslávia, em 1999, evidenciou o desconhecimento da OTAN aos interesses geopolíticos da Rússia. Da ditadura de Iéltsin, passou-se à ditadura bonapartista de Putin, forma governamental encontrada para estabilizar o país, e promover a restauração por meio do capitalismo de Estado, mantendo a independência política da Rússia, distintamente do resultado da ofensiva dos Estados Unidos e aliados europeus sobre as ex-repúblicas populares do Leste Europeu e parte das ex-repúblicas soviéticas.

A revolução proletária deu à Rússia uma completa independência e soberania. É nessa conquista que a burocracia restauracionista se apóia, para promover a volta completa do capitalismo, sem perder o controle do Estado para as forças imperialistas, lideradas pelos Estados Unidos. Putin reconheceu que foi desastrosa e perigosa para a Rússia, a forma como desabou a URSS. Na China, o processo de restauração não implicou a quebra do regime, bastando sua adaptação à forma de capitalismo de Estado. A perda de boa parte das ex-repúblicas soviéticas para a Europa Ocidental e os Estados Unidos retirou-lhe um anteparo estratégico. A burocracia restauracionista acreditou que o imperialismo iria cumprir a promessa de não estender a OTAN até as portas da Rússia.

A progressão das forças militares das potências foi tolerada, até o ponto em que se aproximou das fronteiras russas, com o intento de incorporar a Ucrânia e a Geórgia à OTAN. Nas mesas de discussão diplomática, Putin pediu, não só o fim do expansionismo militar dos Estados Unidos em direção às fronteiras russas, como também a retirada das bases militares instaladas no Leste Europeu. Na realidade, o objetivo da Rússia é o de evitar que a OTAN se instale em suas fronteiras. É impensável a desinstalação do complexo militar nas ex-repúblicas populares, portanto a esperança é de que se chegue a um acordo que retarde a expansão da OTAN.

No momento em que os EUA estão voltando suas forças militares e econômicas para cercar a expansão mundial da China, não é conveniente abrir uma frente de guerra com a Rússia, na Ucrânia. Tudo indica que é mais importante o conflito em torno a Taiwan. É na China que estão instaladas as multinacionais. E onde o capitalismo de Estado, manejado pela burocracia do Partido Comunista, se levantou como uma trava aos interesses das potências, nas condições de retomada da desintegração do capitalismo no pós guerra, e que vem impondo retrocessos no domínio econômico exercido pelos EUA.

Esgotou-se o processo de restauração, sob a forma de capitalismo de Estado. Não bastou reincorporar as ex-repúblicas populares e parte das repúblicas soviéticas, bem como

reunificar a Alemanha. É preciso que a Rússia e a China permitam reconstruir o poder da burguesia, sob a influência e comando das potências imperialistas. O esquadrinhamento das fronteiras nacionais traçado, finalmente, na Conferência de Potsdam, em 1945, já não suporta a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, sob a forma monopolista e do parasitismo financeiro. A derrocada das repúblicas populares e da URSS reflete objetivamente as pressões das forças produtivas, sob a forma capitalista-imperialista de produção. As conquistas do proletariado russo e mundial se tornaram completamente incompatíveis com o domínio e o saque imperialistas. A nova ordem mundial de Potsdam entrou em choque com o esgotamento da reposição das forças produtivas no pós-guerra, liderada pelo Plano Marshall e resguardada pela Guerra Fria.

Ou as revoluções proletárias se contrapunham ao imperialismo, e fortaleciam a transição do capitalismo ao socialismo, ou as conquistas alcançadas sob a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seriam golpeadas pela contrarrevolução. Imperou a segunda variante. A possibilidade do atual conflito desencadear uma guerra na Ucrânia, pondo em confronto aberto os Estados Unidos e Rússia, foi engendrada nas condições de avanço da contrarrevolução.

A URSS foi edificada em meio à guerra civil e o cerco militar imperialista, mesmo depois de encerrada a guerra mundial, em 1918. O proletariado e os camponeses se uniram heroicamente, para vencer a contrarrevolução no campo de batalha, sob a direção revolucionária do partido bolchevique. A destruição da URSS estabeleceu um novo quadro, em que o proletariado e os demais explorados passaram a ser dirigidos no sentido da restauração capitalista, sem se dessem conta de que essa regressão colocaria a Rússia e a China no centro da crise mundial do capitalismo. Não há como resguardar a independência e a soberania conquistadas pelas revoluções proletárias sob o capitalismo de Estado. Se a Rússia e a China não cederem a sua independência, ou parte dela, terão de se bater mais diretamente com a guerra comercial em curso, e com o recrudescimento do cerco militar do imperialismo.

A política do proletariado mundial se volta contra o domínio imperialista e contra a burocracia restauracionista. O seu programa é o da revolução mundial, aplicado nas condições particulares da luta de classes, em cada país e região. A resposta à crise europeia se sintetiza na luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. A vanguarda ucraniana com consciência socialista deve lutar contra as forças que a arrastam para a guerra, com a bandeira “Por uma Ucrânia Soviética Independente”. Na Rússia, erguer a bandeira de reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sobre a base do programa da revolução de Outubro de 1917. Nos EUA e na Europa imperialistas, cabe aos explorados voltarem-se contra a militarização, a expansão da OTAN e a preparação da guerra, lutando sob a bandeira da revolução e do internacionalismo proletário. Não à guerra de domínio imperialista! Sim à guerra de classe contra a burguesia, pela derrocada do capitalismo e retomada da transição do capitalismo ao socialismo! Essa luta proletária depende da vanguarda com consciência de classe reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

EUA - Um ano da eleição de Joe Biden



A permanência das tendências desagregadoras da crise econômica, a aparição de novas mutações do Covid-19 e a o agravamento da crise política mostraram que o governo democrata estaria obrigado a governar sob condições políticas e sociais desfavoráveis.

As massas devem combater o governo mascarado de progressista, com seu programa e métodos próprios

Em 20 de janeiro de 2021, Biden assumia a presidência do país derrotando o ultradireitista Trump, com a maior quantidade de votos registrada na história dos EUA. Esse massivo apoio popular serviu ao objetivo da burguesia norte-americana de apresentar sua eleição como a via de solução à convulsiva situação social, para contornar as disputas interburguesas e reforçar sua estratégia de trocar um governo burguês desgastado, por outro mascarado de progressista e democrático.

Biden contou com o apoio das principais frações da burguesia imperialista e das direções sindicais e movimentos populares que combateram a política racista e nacional-chauvinista do ex-presidente. Apoiado na maioria parlamentar democrata, o recém-empossado governo tinha prometido também aca-

bar com os estragos sanitários da pandemia, pacificar o país e recuperar a política exterior, marcada pelas negociações e acordos multilaterais, portanto, deixando para trás a prepotência nacionalista de Trump refletida na guerra comercial. A pandemia seria equacionada com um programa de vacinação e uma reforma da saúde que garantisse o acesso de pobres e miseráveis à ultra-concentrada saúde privada. Para pacificar o país, disse que era necessário aprovar as reformas eleitoral e policial, que deviam servir para acabar com a discriminação racial e a violência policial. Tratava-se, por essa via, de evitar novas revoltas, a exemplo das que assombraram a burguesia e o governo Trump em 2020. Mas, seu plano mais ambicioso era o de aprovar um pacote trilionário de investimentos, visando a criar empregos e erguer uma infraestrutura energética “ecologicamente sustentável”, dando um salto na modernização da indústria e na concorrência pacífica com a União Europeia e a China.

Porém, nenhuma de suas promessas passou de discursos eleitorais e apelos demagógicos ao Congresso. A permanência das tendências desagregadoras da crise econômica, a aparição de novas mutações do Covid-19 e a o agravamento da crise política mostraram que o governo democrata estaria obrigado a governar sob condições políticas e sociais desfavoráveis. Sua promessa de aprovar um amplo programa de vacinação e

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

garantir o acesso de pobres e miseráveis à sofisticada e tecnicizada saúde privada foi bloqueada por democratas e republicanos, que convergiram na defesa dos interesses capitalistas da medicina privada (não existe no país um sistema público de saúde). A reforma eleitoral está empantanada, uma vez que se choca com os interesses de democratas e republicanos, que se servem das limitações e restrições da atual lei para controlar os colégios eleitorais e monopolizar as fabulosas doações dos grandes capitalistas. O plano de infraestrutura, por sua vez, está paralisado e definha no Congresso, diante dos interesses das corporações da indústria de combustíveis fósseis. Na semana passada, uma nova derrota lhe foi infringida, quando a Suprema Corte de Justiça barrou a proposta de lei que obrigaria os empregadores a exigirem um “passe sanitário” a seus empregados para trabalharem.

As coisas não vão melhores em política exterior. As consequências da desorganizada e caótica retirada dos EUA do Afeganistão, decidida por Trump em acordo com o Talibã, caíram no colo do democrata, arruinando sua imagem de “experto negociador”. Na Europa, o fortalecimento dos laços econômicos com Inglaterra e a assinatura do programa AUKUS significaram a retomada, em novo patamar, dos conflitos comerciais com as burguesias europeias. Foram derrubadas as expectativas dos governos europeus que, agora, avaliam que Biden não é um parceiro tão confiável como pensavam.

Essas condicionantes políticas e econômicas refletiram-se na permanência das divisões interburguesas e da resistência de setores chauvinista da classe média a seu governo. O comparecimento de Trump a um massivo comício popular, há duas semanas, mostrou que as divisões políticas continuarão a condicionar a governabilidade do governo democrata.

Verifica-se, todavia, a perda de apoio entre as massas pobres e miseráveis que garantiram a vitória eleitoral do democrata; mas, que agora se ressentem do bloqueio do partido democrata à aprovação da reforma policial e eleitoral. Segundo pesquisas, seu governo é hoje rejeitado por 50% da população, passando de presidente mais votado da história, a um dos com menor índice de aprovação da história (40%) - apenas superado por Trump no final do seu mandato.

(...) a vanguarda com consciência de classe do país terá de batalhar por transformar a decepção das massas no governo democrata em política classista, denunciando e clarificando cada uma de suas concessões e retrocessos, como prova de que não há como romper com a ditadura da burguesia, sem avançar na luta de classes.

As derrotas políticas e o enfraquecimento social do governo Biden ocorrem no momento em que os pífios índices de reativação econômica não conseguem equacionar as tendências recessivas, e se verifica a queda nas exportações e o aumento dos preços das importações. Essas condições vêm restringindo a oferta de produtos e elevando seus preços. Os capitalistas exigem novas medidas de proteção a seus lucros, congelando

salários e flexibilizando as relações trabalhistas. O que obrigará o governo a rebaixar ainda mais seus programas econômicos e sociais, e a entrar em choque com as greves operárias e dos demais trabalhadores em defesa dos salários e condições trabalhistas, que vêm crescendo em número e radicalização por todo o país.

Acontece que são as condições econômicas, principalmente nas crises, que determinam até onde pode ir o governo de plantão na aplicação de medidas e na aprovação de novas leis. Biden não dará um passo firme em democratizar as relações raciais ou outorgar melhorias salariais e trabalhistas.

É partindo dessa caracterização que a vanguarda com consciência de classe do país terá de batalhar por transformar a decepção das massas no governo democrata em política classista, denunciando e clarificando cada uma de suas concessões e retrocessos, como prova de que não há como romper com a ditadura da burguesia, sem avançar na luta de classes.

As recentes greves operárias, que por sua radicalização e organização coletiva conseguiram impor parte de suas reivindicações ao patronato, demonstram que o curso objetivo da crise obriga o proletariado a recorrer à luta de classes para impor suas reivindicações. Mas sem política e estratégia próprias, a classe operária não conquistará sua independência política e, portanto, não poderá romper com governo impostor de Biden e erguer seu programa próprio para a crise.

Eis da importância de dar passos firmes na construção do partido marxista-leninista-trotskista nos EUA, aplicando o programa da revolução socialista às condições concretas do país e traduzindo a experiência das massas em política revolucionária. Todo avanço que se faça nesse caminho constituirá um firme ponto de apoio do proletariado mundial em sua luta por superar a crise de sua direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Bolívia

Na Bolívia, bem como em nível mundial, surgiram correntes antivacina com diversos argumentos, de modo que é necessário firmar uma posição sobre a questão.

Anarquistas, neonazistas e indigenistas pachamâmicos pós-modernos coincidem com as posições negacionistas, conspiratórias e anticientíficas contra as vacinas

1. A resposta diante da Covid, por parte da OMS e da maioria dos governos burgueses do mundo, foi, de início, impor o isolamento social. Essa orientação se impôs, derrotando outra corrente da burguesia imperialista, expressada por Trump e seguida por Bolsonaro, de minimizar o impacto do coronavírus e rechaçar as medidas sanitárias. Trata-se de duas faces do capital financeiro imperialista em conflito.
2. A política burguesa imperialista de isolamento social trouxe consigo a paralisação parcial da produção e do comércio, acelerando o desenvolvimento da crise capitalista mundial. Por essa via, se facilitou a destruição de uma parte das forças produtivas, em benefício de outros setores do capital financeiro (multinacionais farmacêuticas, por exemplo). Em meio ao choque entre negacionistas antivacina e partidários da política burguesa do isolamento social, está também a disputa inter-burguesa e inter-imperialista refletida na guerra comercial, que se desenvolvia antes da Pandemia.
3. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e suas seções nacionais defenderam uma política qualitativamente distinta, que passava pela urgência de expropriar as empresas privadas de saúde, as grandes redes farmacêuticas, o grande capital financeiro bancário, etc., para garantir que a Pandemia e seus efeitos econômicos não recaíssem sobre as massas oprimidas do planeta, como ocorreu com a política de isolamento social defendida pela OMS, a mesma que se pronunciou pelo respeito à grande propriedade privada burguesa (segundo o Banco Mundial, no ano de 2021, 150 milhões de pessoas caíram na pobreza extrema, pois, vivem com menos de 1,90 dólares por dia).
4. O homem é um ser social. É um produto histórico da interrelação coletiva deste com a natureza, mediante as forças produtivas que emprega, para produzir e reproduzir as condições de sua existência. O trabalho social modelou o ser humano. Na disputa entre o interesse particular (direito a não ser vacinado, no caso) e o interesse coletivo, sempre deve prevalecer o interesse geral. O que não quer dizer que necessariamente este se identifique com a revolução proletária. O chamado “senso comum” é burguês.
5. Na presente polêmica sobre como responder à Pandemia e às vacinas, uma coisa ficou clara: neonazistas do mundo desenvolvido, indigenistas pachamâmicos da Bolívia, seitas evangélicas retrógradas e correntes anarquistas coincidem nas posições negacionistas, conspiratórias, anticientíficas e antivacinas. Todas se utilizam da pretensa defesa da liberdade individual, por cima dos interesses coletivos. Nesta disputa, os adeptos de teorias da conspiração, os negacionistas, antivacinas e os pachamâmicos, todos anticientíficos, ocupam a trincheira da barbárie capitalista. São um produto social da época de decadência do capitalismo em sua fase imperialista, são expressão da barbárie capitalista e do atraso pré-capitalista. Esta defesa da liberdade individual diante do interesse social esconde a defesa do capitalismo, que sobrepõe os seus interesses particulares como burguês proprietário dos meios de produção, diante dos interesses sociais dos trabalhadores e do conjunto da sociedade; é uma postura hipócrita e reacionária.
6. A conspiração contra a ordem democrática burguesa não é um atributo somente dos revolucionários. Os nazistas e os fascistas também conspiram contra a democracia burguesa e o Estado “democrático” burguês, esgotado e incapaz de resolver os problemas das massas exploradas. A diferença reside em que os revolucionários objetivam acabar com o capitalismo, enquanto os fascistas buscam preservá-lo, porque são expressão bárbara do capital financeiro imperialista.

(Extraído do Jornal *Massas* n. 2.682 do *Partido Operário Revolucionário da Bolívia*)

O avanço científico é progressivo, ainda que esteja submetido aos interesses do capital

As ideias cumprem um papel concreto na sociedade humana. São expressão de determinados interesses de classe, políticos. Para o presente caso, o questionamento à vacina vem junto com teorias conspiratórias, alimentadas pela ultradireita (Trump e companhia), que encarnam um setor do capital financeiro imperialista. A ideia de que somos parte de um experimento mundial com fins obscuros de certos empresários, donos das multinacionais, é um destes típicos relatos conspiratórios que abundam nas redes sociais, e que terminam levando as coi-

sas ao absurdo irracional, negando os avanços científicos, que tornaram possível à humanidade emergir da selvageria.

Os avanços científicos sempre têm um lado insuficiente ou negativo (sua aplicação e desenvolvimento dos meios de guerra, por exemplo). Descubram as relações essenciais que determinam os fenômenos naturais, biológicos e sociais, mas sempre como aproximação infinita. É absurdo colocar no mesmo plano os conhecimentos ancestrais pré-científicos com o conhecimento científico. Que se fale que a vacina é água com vírus, ou coisa

parecida, é expressão do primitivismo e ignorância.

A água contaminada pelos micróbios, que é ingerida pelas crianças no campo, povoados, bairros e cidades sem sistema de esgoto ou água tratada, causa-lhes diarreia ou febre tifoide, etc. Mata uma parte delas, mas outra parte sobrevive, porque gerou a mesma imunidade que a vacina. No entanto, de maneira mais traumática e arriscada. A vacina expressa a consciência humana sobre a dinâmica de um processo de enfermidade concreto, e como pode esta consciência atuar para preveni-la. As vacinas são uma expressão do avanço do conhecimento humano, que, como todo avanço científico, têm acertos e limitações, podendo, portanto, ser aperfeiçoado. Negar o avanço do conhecimento humano concretizado nas vacinas é expressão da barbárie.

O avanço científico é sempre contraditório, tem limitações. Nesta medida, pode ser aperfeiçoado. Mas pode este avanço superar os interesses do capital em disputa pelos mercados? Não

pode. E, mesmo assim, há um avanço, inclusive quando ocorreu um erro de conceitos prévios. Não poucos avanços nas pesquisas foram impulsionados pelos interesses do capital, mesmo sob governos reacionários. As pesquisas sobre o desenvolvimento de foguetes com fins bélicos dos nazistas, por exemplo, hoje são usados para viagens espaciais. O avanço da ciência não pode livrar-se das contradições da luta de classes.

Para libertar a ciência do interesse do lucro capitalista, do interesse egoísta da ganância desmedida, de seu uso deliberado para fins destrutivos, etc., o proletariado tem de sepultar o capitalismo em decomposição.

Defender o avanço da ciência é uma posição política que nos situa contra o obscurantismo religioso e a barbárie capitalista, que, na presente discussão, aparecem nas mãos dos neonazistas, das seitas evangélicas, dos indigenistas pachamânicos e pós-modernos, e dos tolos anarquistas que levam água ao moinho da reação.

A objeção de consciência é um direito democrático, no geral reivindicado pela pequena burguesia. Mas aqui o problema é outro, trata-se de analisar a que fins políticos serve a campanha antivacina

1. A posição revolucionária proletária, em relação ao tema das vacinas e da Pandemia de Covid-19, não pode ter como eixo a lógica anarquista pequeno-burguesa da “liberdade individual”, entendida como um valor universal, abstrato, atemporal e ahistórico, entendida como um “direito natural”, como “livre-arbítrio” a todo custo. Não podemos esquecer o que apontou Marx, que entendia a liberdade como a consciência da necessidade, uma formulação esboçada em contraposição ao pensamento pequeno burguês anarquista da liberdade. O proletariado consciente é partidário de que a economia planificada substitua a anarquia capitalista do mercado, cuja finalidade principal é o lucro, para o qual o capital não hesita em impulsionar a destruição do ser humano e da natureza.
2. “Liberdade universal”, o que se entende por isto? Qual é o seu conteúdo? Inclui essa definição a “liberdade de exploração”? Refere-se ao “direito” de dizer e fazer o que cada um quiser? De que liberdade estamos falando? Ou estamos diante de uma visão do pequeno-burguês, que julga o mundo a partir de sua posição individual, de sua pequena propriedade?

Não discutimos o direito que tem cada um de decidir se quer ou não se vacinar. O problema político não está aí. O problema central a ser evidenciado é a quem serve esta agitação, a que interesse de classe serve a agitação negacionista e antivacina. A evidência está sobre a mesa, serve aos propósitos da ultradireita neonazista ou fascista do mundo desenvolvido. Por detrás destas teorias conspiratórias, se oculta o interesse de certos setores do capital financeiro, que se apoia e busca tirar vantagem das angústias, sentimentos confusos, ignorância e os temores de certas camadas da pequena burguesia.

3. Liberdade de decidir sobre a minha integridade física? Como se pode exercer esta liberdade? Como é que isto deixa de ser uma abstração pequeno-burguesa? O operário, dependendo de qual seja o seu trabalho, mineiro, por exemplo, habitualmen-

te põe em risco a sua integridade física, para cumprir tarefas que são necessárias para a produção da qual dependem outros operários como ele e outras classes (comerciantes, cozinheiras, motoristas, etc.), cuja atividade gira em torno deste processo extrativo. Por isso, para o operário consciente, a liberdade é a consciência da necessidade, então exigirá roupa de trabalho apropriada, medidas de segurança no trabalho, etc. e obviamente uma remuneração que compense o dano futuro, acumulado pelo trabalho insalubre, a silicose, no caso dos mineiros, por exemplo.

O operário consciente, ao se deparar com a polêmica sobre a liberdade dos pequenos burgueses, não pode senão fazer um gesto de desprezo, porque sabe que, na vida, as coisas devem ser feitas porque são necessárias para ele, para a sua família e para a sociedade.

É necessário cuidar da minha integridade física, para lutar melhor contra a opressão capitalista, dirá o operário consciente, da mesma forma que esclarecer a quem servem tais ou quais ideias disfarçadas de revolucionárias, mas que, na realidade, escondem o espírito pequeno-burguês anarquista e pró-capitalista, isto também é necessário. Disfarçar a defesa dos interesses de certos setores do capital financeiro imperialista por meio da defesa da liberdade individual é uma postura hipócrita e reacionária.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Argentina

Avança a entrega do país para garantir o pagamento ao FMI

O governo espera algum apoio dos Estados Unidos em sua negociação com o FMI, para melhorar as condições de refinanciamento da dívida. Foram os Estados Unidos que ordenaram ao FMI entregar o empréstimo extraordinário ao governo de Macri, para evitar a insolvência, facilitar a fuga de capitais que tinham vindo para especulação, e facilitar a reeleição.

Nunca se deve esquecer que os Estados Unidos são a principal potência opressora sobre a Argentina. O responsável de todos os golpes militares, da terrível repressão sobre o movimento operário e o da juventude, intervindo descaradamente na política interna, que ajudou a Inglaterra a derrotar militarmente a Argentina, em 1982, e que domina os principais meios de comunicação, que são porta-vozes de suas políticas, etc. São uma potência inimiga, não importando quem esteja no governo.

Os Estados Unidos exigem uma rendição completa do país e a submissão às suas políticas internacionais em relação à China, Venezuela, Cuba, Nicarágua, etc. Tratam-nas como colônias. As declarações do novo Embaixador dos Estados Unidos no Congresso mostram claramente a sua prepotência imperial.

As ilusões do governo em Biden desmoronaram rapidamente, sua política não se diferencia da de Trump. A insistência do governo em desenvolver uma política de amizade com as principais potências fracassou, pois, todas exigem negociar com o FMI, reconhecer a dívida e pagar, sem se importar com seu caráter fraudulento. Todas recomendam negociar com os Estados Unidos, que têm poder de veto no Fundo. Não apenas se perdeu tempo, bilhões de dólares imprescindíveis para a economia do país foram destinados ao pagamento da dívida, e

bilhões terão de ser pagos nos próximos meses.

O governo foi cedendo, uma após outra, a todas as pretensões do capital financeiro. O resultado é que a economia continua estancada, e o desastre social se agrava a cada dia. Fez um ajuste formidável, reduzindo muito o déficit fiscal, reduziu os níveis de emissão de moeda, não permite que salários e aposentadorias recuperem o que foi roubado durante o governo anterior, investe o mínimo em obras públicas, etc.

Não tem disposição para reverter nenhuma das reformas neoliberais, introduzidas intensamente durante o menemismo, nem incrementar as retenções às exportações agropecuárias e de minérios, que são as heranças de Macri. Já vimos sua conduta, diante da necessidade de estatizar Vicentin, e recuperar os mais de 300 milhões de dólares que lhe foram entregues de forma fraudulenta, suas idas e vindas, diante dos preços dos alimentos, controlados por um punhado de multinacionais e empresas nacionais. A dragagem e o balizamento do Rio Paraná repetirão a negociata que inaugurou Menem, os portos não serão nacionalizados. Por cima do interesse nacional, operam as agroexportadoras estrangeiras, que impõem suas políticas.

Depois da derrota dos projetos de mineração, em 2019, devido à mobilização popular, voltaram à carga agora, imediatamente depois das eleições em Chubut, com resultado similar. Estão desesperados para apressar o saque, para juntar dólares, para pagar a dívida externa, e deixar o país sem recursos.

Neste número do Jornal Massas, mostramos essa luta, assim como também a que rechaça a instalação de plataformas de exploração petroleira no Atlântico, já autorizadas no final do ano, e também a entrega do lítio.

Todas as medidas são para desnacionalizar ainda mais a economia, reprimarizá-la, aprofundando o atraso. Esta é a essência da política deste governo.

O caminho para enfrentar a entrega e defender a soberania nacional é aquele que nos indicou Chubut. É o que indicaram os povos do litoral do Paraná, no ano passado. É nas ruas, nas estradas, paralisando, mobilizando para impedir que avance o saque. A burocracia sindical é cúmplice das negociatas, perdeu toda independência diante do Estado e diante do poder das multinacionais. É imprescindível enfatizar que somente a classe operária pode parar o país, para derrotar definitivamente estas políticas, dirigindo a maioria oprimida.

A burguesia está entregue, amarrada de pés e mãos às ordens do capital imperialista e seus sócios locais. Nenhuma confiança no Legislativo e no Judiciário, que trabalham para esses interesses. É uma amostra da decomposição e putrefação do capitalismo, aqui e em todo mundo. Confiemos exclusivamente em nossas próprias forças, e nos próprios métodos de luta, em nossa própria estratégia política de independência diante do Estado, dos empresários e seus partidos.

Nas mobilizações de Chubut, retomou-se a consigna “que se vão todos e que não fique nenhum”. Dessa vez, o movimento deve pôr em pé a alternativa que represente nossos interesses nacionais, democráticos e sociais, para expulsá-los e ocupar seu lugar, combinando a organização desde as bases com a tarefa de construir a direção revolucionária, que expresse esses interesses e possa levar a luta até o fim.

(Extraído do Jornal Massas, nº 408, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Aprofunda-se a adaptação da FIT-U à democracia burguesa

A incompreensão do parlamentarismo socialista, por parte da esquerda centrista, é completa. Desconhecendo os princípios básicos que devem reger essa atividade, são envolvidos num cipoal de situações em que concluem revelando, sem querer, sua política socialdemocrata, de adaptação ao regime capitalista de exploração e suas instituições.

Temos insistido, mais de uma vez durante a campanha eleitoral, qual seria o fio condutor dessa atividade legislativa. Por um lado, tínhamos certeza da nulidade da autocrítica sobre seu desenvolvimento parlamentar. De um lado, encontrávamos um tipo de reivindicação; de outro, vimos o esforço sobre-humano, realizado nas últimas eleições, para se mostrar o mais domesticado possível. Isso nos levou a uma conclusão: prosseguirão sustentando uma política reformista no Congresso.

Diante do olhar confuso de não poucos militantes e ativistas, caracterizamos que não havia diferenças programáticas entre as organizações da esquerda eleitoral que apresentaram candidaturas. O processo tinha uma direção contrária, procuravam se assemelhar, o mais possível, à política desbotada da FIT-U para ganhar a simpatia do “eleitorado”. O *Nuevo MAS* e *Política Obrera*, tentando parecer furiosos críticos do cretinismo parlamentar da FIT-U, foram ainda mais a fundo na sua derrapagem democratizante, como assinalamos oportunamente (o que logo se confirmou rapidamente).

Eis algumas observações sobre alguns dias de atividade legislativa na Argentina.

Em Salta, a decomposição do centrismo

O que ocorreu em Orán obrigou a Claudio dal Plá, histórico dirigente do *Partido Obrero* da província de Salta, a proclamar uma caracterização revolucionária sem precedentes, em seus 20 anos de parlamentarismo reformista: afirmou que o parlamento é uma “cova de bandidos”, aludindo ao que Lênin afirmara. E, só alguns dias depois, escreveu que a bancada socialista “deve ser utilizada para a agitação socialista contra os parlamentos”. Isto constitui um fato transcendental ... Del Plá teve de citar a Lênin para diferenciar-se de “*Política Obrera*”. O que ocorreu, para que Claudio se manifestasse de maneira tão abrupta?

Samuel Huerga, eleito vereador pelo Departamento de Orán na Província de Salta, é militante da tendência do *Partido Obrero*, agora denominada “*Política Obrera*”. Foi um dos dois únicos candidatos que se elegeu por esse partido (o outro foi Omar Ramírez, pela Colônia Santa Rosa-Salta). A responsabilidade pela sua atuação política não é patrimônio exclusivo de um militante isolado, nem de uma regional, mas da organização na sua totalidade. *Política Obrera* não pode se separar do curso da ação posterior à eleição. E assim se expressou o próprio Samuel, argumentando que tudo aquilo que foi realizado por ele foi discutido, não apenas em Orán, mas no Comitê Provincial de Salta que – sem objeções – adotou coletivamente essa orientação.

Suscintamente, o vereador de *Política Obrera* propôs e foi eleito candidato a presidir a Câmara de Vereadores do Departamento de Orán, e que o cargo fosse rotativo para todas as forças que se elegeram. Simultaneamente, votaram por unanimidade dois vice-presidentes de partidos patronais. Não é preciso mencionar que é um compromisso inadmissível para um revolucionário. Significa uma integração ao próprio regime, que o amarra de pés e mãos. Quer dizer, é precisamente o que procura uma instituição da outra classe, para legitimar-se.

A FIT-U cheirou sangue, e pulou sobre a presa malferida de *Política Obrera*. Não iam deixar passar a oportunidade de golpear aos que tanto haviam criticado seu próprio percurso democratizante. O prematuro tropeço de *Política Obrera*, a poucas semanas de assumir sua bancada, acabou agradando grande parte da militância da FIT-U. Observamos, nestes dias, a troca de farpas venenosas e acusações cruzadas (com muito baixo conteúdo político), sobre o “quórum no Chaco”, as leis sionistas em CABA (ver Masas 374), ou a lei de Emergência Alimentar (ver Masas 359). Entretanto, os revolucionários adotam outra atitude, diante do ocorrido, explicando as causas materiais que intervêm, para concluir esclarecendo o caráter de classe desses partidos.

Não é um segredo que esta “cova de bandidos” busque cooptar os elementos que ingressaram no seu seio, limar seus contornos, e adaptá-los a uma convivência pacífica. As pressões exercidas por uma instituição da classe dominante são enormes, e é um risco evidente que não pode ser evitado. A resposta de uma organização revolucionária sempre deve ser a de educar desde o parlamento, não apenas às massas na desconfiança nessas instituições, mas também aos próprios militantes que ali intervêm.

Tampouco é um fato sem precedentes na história, e seria errôneo negar a possibilidade, a priori, que isto ocorra novamente, inclusive num Partido Revolucionário. O livro recentemente publicado pelo POR mostra que essas defecções ocorreram inclusive no partido do Lênin, nas Dumas czaristas da Rússia (“Os revolucionários nos parlamentos burgueses”). Na FIT, o fato tem antecedentes não muito longínquos, por exemplo, na própria Salta, com Arturo Borelli, ou em Mendoza, com Rubén Tomasetti, que chegou até a votar no orçamento provincial de 2016.

A ausência de política revolucionária, tanto na FIT-U como em *Política Obrera*, leva a que essas organizações não possam tirar as conclusões necessárias do ocorrido. A autoridade que o *Partido Obrero Revolucionário* conquistou com base no seu prognóstico a respeito da FIT, e a sua compreensão da questão eleitoral, o habilita a desentranhar as forças que intervêm nesses aparentes “deslizes”. Processos que revelam a decomposição completa do centrismo oportunista, e a impossibilidade de levantar uma estratégia política revolucionária diante da crise política em curso.

A pressão do nacionalismo burguês sobre a esquerda dá seus frutos

Em 21 de dezembro, a Câmara de Deputados aprovou um projeto de modificação do Imposto sobre Bens Pessoais, que foi para o Senado, para sua sanção definitiva. Esse projeto estipula que o imposto será pago por aqueles patrimônios de mais de 6 milhões de pesos (atualmente era de 2 milhões, no mínimo), e aqueles com uma única residência, avaliada em mais de 30 milhões de pesos (até agora se tributavam desde os 18 milhões de pesos). Significa que em torno de 450 mil contribuintes já não serão atingidos pelo imposto aos bens pessoais.

Esse projeto havia sido defendido, em plena campanha eleitoral, por um senador oficialista, e votado por unanimidade, o que tornava necessário ser aprovado pelos deputados para ser sancionado. Entretanto, esta atualização provocava uma redução na arrecadação, motivo pelo qual o oficialismo parou no meio do caminho. Foi a própria oposição patronal que defendeu insistentemente que se votasse. A política do FMI exigia da *Frente de Todos* que essa redução da arrecadação fosse compensada de alguma forma, conseguindo certo equilíbrio nas contas.

Por isso, aumentaram as alíquotas (percentual que se deve pagar) aos patrimônios mais altos, de modo a compensar esse desequilíbrio inicial. Já havíamos exposto (ver Masas 373) que um aumento de impostos às grandes fortunas não é contraditório com o regime capitalista de exploração, mas tende a galvanizá-lo. Foi o próprio Macri quem acordou, com o FMI, este maior pagamento sobre os patrimônios mais altos, em 2018. As tentativas de superar a crise econômica ou os períodos de pandemia, sem tocar a grande propriedade privada capitalista, levam claramente a infrutíferos resultados como uma saída, e tendem, pelo contrário, a obscurecer a resposta revolucionária, provocando a ilusão de que, com alguns pesos a mais, oriundos dos grandes capitalistas, poderiam se resolver as questões essenciais. As crises capitalistas não se resolvem por uma fórmula de equilíbrio fiscal, como pretende a esquerda democratizante.

Página 12 saudou orgulhosamente seus novos colaboradores: “foi vital o apoio da esquerda”, “graças ao apoio” da FIT, se aprovou o projeto fundomonetarista. O *Partido Obrero* defendeu que “de ter perdido a votação teríamos votado o da oposição”, com o argumento que seria “um princípio inviolável” na defesa dos interesses da classe operária. Está afirmando, com um palavreado cheio de cambalhotas, que o PRO teria apresentado um projeto em defesa dos interesses da classe operária, o qual teriam votado. Não pode existir maior disparate.

Pitrola tem uma tremenda confusão de ideias que ultrapassa a sua militância. Quer dar a entender que o parlamento pode defender interesses da classe operária (inclusive o macrismo pode fazê-lo, segundo ele), com alguns projetos de lei. Revela, tragicamente, que se enlamearam no estéril jogo legislativo. Daí vem seu espírito socialdemocrata, de tentar ganhar a maior quantidade de deputados a qualquer custo, apresentar a maior quantidade de projetos, e mostrar-se como um grande legislador positivo.

Pitrola não faz outra coisa, que expressar abertamente

os condicionamentos que sofre das instituições burguesas, é a encarnação do temor da pequena-burguesia à exposição pública. Estão submetidos à pressão dos partidos patronais, percebem os preconceitos, e se adaptam a eles, para não serem recriminados por agir de forma revolucionária. Adaptam sua atuação ao julgamento da mais atrasada consciência dos oprimidos.

Não muito longe, estão os Del Caño, Myriam Bregman e Alejandro Vilca, que confirmam que votaram “pela proposta da maioria (oficialismo), porque do contrário teriam avalizado uma queda na arrecadação dos que têm bens no exterior”. Mas é o próprio Pistonesi, dirigente do PTS, numa nota suplementar, quem sentencia que em “última instância, toda arrecadação que faz o Estado é colocada a serviço do pagamento de uma dívida ilegal, ilegítima e fraudulenta, e a subsidiar distintos grupos capitalistas”. Então, com seu voto afirmativo, em sua própria lógica de raciocínio, avalizam uma política fundomonetarista e pró-capitalista.

Lênin, contrariamente às formulações do centrismo democratizante, havia exposto com clareza que “não existe garantia alguma de que com nosso apoio ajude a levar à prática ‘um mal menor’”. Pelo contrário, apoiando um ‘mal menor’, votando nele, vocês indiscutivelmente carregarão sobre seus ombros, sobre o partido proletário, uma parte da responsabilidade pelo ambíguo reformismo burguês, pela farsa, ou melhor – vocês a qualificaram de farsa – do trabalho legislativo da Duma”, e continua afirmando que, nesse parlamento, se deve “colocar no primeiro plano, não o apoio (praticamente inútil, ideologicamente nocivo) às reformas, senão ao esclarecimento da consciência revolucionária desses partidários, o fortalecimento de sua organização e vontade revolucionária e, com ajuda do proletariado, vocês conseguirão” (“Como se devem escrever resoluções”, Lênin). Nada aprenderam do grande revolucionário ao qual escondem e deformam deliberadamente.

Surge então a pergunta: para que os revolucionários entram no parlamento? Para atacá-lo, para desmascará-lo, para mostrar aos oprimidos que não há nenhuma possibilidade de melhorias sob o capitalismo e suas instituições. Entramos nos parlamentos sabendo que ali se preparam as derrotas da classe operária, que ali não se discute nada, não se conquista nada. Unicamente com a ação direta de massas, com a organização, com a unidade na luta, os explorados poderão impor suas reivindicações.

Não entramos para realizar nenhum trabalho legislativo propositivo, não aspiramos que se aproveem nossos projetos, não buscamos a solidariedade dos partidos patronais, não conciliamos com nossos inimigos de classe, não cedemos diante das pressões dos verdugos das massas. A atividade revolucionária no parlamento se encontra no lado oposto da ação legislativa dos representantes burgueses. Isto é limitadamente o que faz um revolucionário dentro do parlamento burguês. A FIT-U faz exatamente o contrário, revelando seu conteúdo e prática reformistas. O POR confirmou seus rigorosos e solitários prognósticos sobre o curso da FIT-U.

(Extraído do *Jornal Mass*, nº 408, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

98 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin)**Memória Eterna ao dirigente da Revolução Russa de 1917**

Publicamos abaixo o capítulo VII do livro “Lênin”, de Leon Trotsky, 21 de abril de 1924

Lênin na tribuna

A partir de Outubro, os fotógrafos “captaram” Lênin muitas vezes; foi igualmente “filmado”. A sua voz foi gravada em discos de fonógrafo. Os seus discursos, estenografados e impressos. Possuíamos assim todos os elementos sobre Vladimir Ilitch. Mas eram só elementos. A personalidade viva apenas se encontra na combinação sempre dinâmica desses elementos, que aceita a repetição.

Quando procuro imaginar, despertar em mim a primeira impressão que produzia Lênin na tribuna, vejo um homem de constituição sólida, um corpo de uma grande maleabilidade; ouço uma voz igual, fluente, muito rápida, um pouco gutural, que não se detém, cujo discurso não tem ou quase não tem pausas, nem, de início, uma entoação particular.

Habitualmente, as primeiras frases exprimem ideias gerais; o tom é o de um homem que apalpa o auditório; o corpo do orador parece não ter ainda encontrado o equilíbrio; o gesto carece de precisão; o olhar está absorvido pelo pensamento interior; o rosto é um tanto ou quanto tristonho, e como que contrariado; a ideia procura o meio de atingir a assistência.

Este período inicial dura mais ou menos tempo, segundo a composição do auditório, o assunto versado, o estado de espírito do orador.

Mas eis que entra na linha, engrena. O tema começa a desenhar-se. O orador inclina para a frente a parte superior do corpo, enfiando os polegares nas cavas do colete. Imediatamente, ao fazer este duplo gesto, erguem-se a cabeça e os braços. A cabeça não parece assim muito grande neste corpo baixo, mas fortemente constituído, equilibrado, rítmico. O que parece enorme é a testa, são as saliências desnudadas do crânio. Os braços são muito móveis, mas sem nervosismo, sem movimentos inúteis. O pulso é largo, os dedos curtos, a mão plebeia, vigorosa. Encontram-se nesta mão os traços da paciência corajosa, repetidos no conjunto da sua estrutura, e que inspiram confiança.

Todavia, para que seja possível apercebermo-nos deste fato, é preciso que o orador tenha tido tempo de se iluminar por dentro, o que sucede quando adivinhou a malícia do adversário, ou quando conseguiu fazê-lo cair na armadilha.

Então, por debaixo da forte protuberância da testa e do crânio, destacam-se os olhos de Lênin, de que algo restou numa fotografia bastante feliz – datando de 1919.

Ao surpreender este olhar, até o ouvinte mais indiferente ficava de sobreaviso, esperando a continuação. Os molares angulosos iluminavam-se e adoçavam, nestes momentos, com uma indulgência sagaz, sob a qual se adivinhava um grande conhecimento dos homens, das relações sociais, da situação, conhecimento que ia até o âmago das coisas. A parte inferior do rosto, de barba arquivada, já um pouco grisalha, ficava de certo modo na sombra. A



Habitualmente, as primeiras frases exprimem ideias gerais; o tom é o de um homem que apalpa o auditório; o corpo do orador parece não ter ainda encontrado o equilíbrio; o gesto carece de precisão; o olhar está absorvido pelo pensamento interior; o rosto é um tanto ou quanto tristonho, e como que contrariado; a ideia procura o meio de atingir a assistência.

voz adoçava-se, tornava-se muito suave e, por momentos, maliciosamente insinuante.

Mas, eis que o orador introduz no seu discurso a objeção imaginada por um contraditor, ou qualquer frase mal-intencionada extraída de um artigo do inimigo. Antes mesmo de ter dissecado o pensamento do adversário, faz-nos compreender que a objeção é infundada, superficial, falsa. Retirando os polegares das cavas do colete, lança o corpo ligeiramente para trás, recua com passos miúdos, como que para ganhar espaço e tomar impulso e, umas vezes ironicamente, outras com um ar desesperado, encolhe os ombros maciços e abre os braços, as mãos, afastando os polegares de um modo expressivo.

Condena o adversário, torna-o alvo de troça ou crucifica-o – conforme o homem de que se trata e conforme a ocasião – antes mesmo de o ter refutado.

O interlocutor fica prevenido, fica a saber que espécie de prova deve esperar, e em que sentido deve preparar o seu pensamento.

Inicia-se seguidamente a ofensiva lógica. A mão esquerda volta a colocar-se, quer na cava do colete, quer mais frequentemente no bolso da calça. A direita segue o movimento da exposição, marcando-lhe o ritmo. Nos momentos em que tal se torna neces-

sário, a esquerda vem ajudar a direita. O orador avança sobre o auditório, atinge a borda do estrado, inclina-se para a frente e, com movimentos curvilíneos dos braços, trabalha a sua própria matéria verbal. Isto significa ter Lênin chegado à expressão do pensamento central, ao ponto essencial de todo o seu discurso. Se, no auditório, se encontram adversários, levantam-se de vez em quando exclamações hostis e críticas contra o orador. Em nove casos sobre dez, as interrupções ficam sem resposta. O orador dirá o que tem a dizer àqueles a que julga ser útil dirigir-se, e do modo que lhe parece necessário. Não lhe agrada fazer desvios para replicar a um ou a outro. As saídas rápidas, no decorrer do discurso, não são produto do seu pensamento concentrado. Após as interrupções hostis, apenas a voz se torna mais áspera, o discurso mais compacto, mais apressado, o pensamento mais agudo, o gesto mais brusco.

Não utiliza a exclamação de um adversário, senão no caso de ela responder ao desenvolvimento geral do seu pensamento, de poder ajudá-lo a atingir mais depressa a dedução necessária. Mas, então, as suas réplicas são absolutamente imprevisíveis, pela simplicidade impressionante e de imediato destruidora. Põe a descoberto uma situação, nos casos em que, pelo contrário, se esperava que a mascarasse.

Foi o que sucedeu mais do que uma vez aos mencheviques, no primeiro período da revolução, quando acusavam o bolchevismo de violar a democracia, e essas acusações mantinham ainda toda a sua frescura.

“Os nossos jornais foram suprimidos! – Pois claro, mas ainda o não foram todos, infelizmente. Em breve os suprimiremos. (Grandes aplausos). A ditadura do proletariado cortará a raiz desta propaganda, e evitará esse vergonhoso tráfico do ópio burguês. (Grandes aplausos)”

O orador endireitou-se. Tem as mãos nos bolsos. Não dá qualquer aparência de pose, e a sua voz não tem modulações oratórias; em compensação, nota-se-lhe, em todo o corpo, na atitude da cabeça... nos lábios cerrados, nos molares, no timbre imperceptivelmente rouco da voz, uma inquebrantável segurança na justeza dos seus atos, na justiça da sua causa. *“Se quereis lutar, lutemos, mas como deve ser.”*

Quando o orador ataca já não o inimigo, mas os seus, isso nota-se tanto no tom calmo, no gesto. O ataque mais furioso mantém, nesse caso, o caráter de um processo para “chamar à razão” as pessoas. Por vezes, a voz do orador para, quebra-se numa nota alta: isto produz-se quando denuncia com violência algum dos seus, quando quer envergonhá-lo, quando demonstra que o opositor não compreende absolutamente nada do assunto, e que foi incapaz de apresentar “o mínimo” motivo, de encontrar “o mais pequeno” fundamento para as suas objeções. Nestas expressões “mínimo” e “mais pequeno” a voz chega, por vezes, a atingir o falsete, e é então que se quebra no ar; chegada aí, a tirada mais colérica toma subitamente um tom de bonomia.

O orador meditou antecipadamente a forma de levar a sua ideia até ao fim, até à última dedução prática; a ideia sim, mas não o modo de a expor, não a forma, com a exceção, porém, de algumas expressões, de algumas “palavras” particularmente concisas, pre-

cisas, saborosas, que entram seguidamente na vida política do Partido e do país, como moeda sonante que circula por todo o lado. A construção das frases é habitualmente pesada, carregada; uma vem ligar-se, sobrepor-se à outra, ou penetrar nela, profundamente. Para os estenógrafos, este gênero de construção constitui uma experiência penosa que, em seguida, o não é menos para os redatores. Mas, por entre estas frases maciças, por entre o pensamento tenso e autoritário, abre-se vigorosamente um caminho seguro.

Será, no entanto, verdade que aquele que fala é um marxista profundamente instruído, um teórico, de consciência econômica, um homem duma imensa erudição? Dir-se-ia, julgar-se-ia, pelo menos em certos momentos, que, ao contrário, se está em presença de um extraordinário autodidata, que conseguiu sozinho, através das suas faculdades naturais, compreender todas estas coisas,

que as meteu todas no cérebro, sem qualquer aprendizagem científica, sem qualquer terminologia rigorosa, expondo à sua maneira tudo o que sabe. De onde deriva isto? Do fato do orador, após ter meditado na questão por sua própria conta, voltar a refletir sobre ela, colocando-se no ponto de vista das massas, aplicando ao seu pensamento à experiência das multidões, libertando completamente a sua exposição de toda a estrutura teórica que lhe servira para elaborar o discurso.

No entanto, por vezes, o orador sobe de um modo precipitado a escada das suas ideias, passando por cima de alguns degraus: procede assim, quando a conclusão que pretende atingir lhe parece já demasiada clara, demasiado evidente, logo que se torna, na prática, por demais urgente chegar lá; quando é necessário conduzir os ouvintes a essa conclusão, o mais depressa possível.

masiado clara, demasiado evidente, logo que se torna, na prática, por demais urgente chegar lá; quando é necessário conduzir os ouvintes a essa conclusão, o mais depressa possível.

Mas eis que sente não poderem segui-lo, que a ligação entre ele e o auditório abrande. Corrige-se imediatamente, volta para trás e recomeça a sua ascensão, mas, desta vez, com um ritmo mais calmo, mais medido. A própria voz se modifica, já não se sente o excesso de intensidade do início, envolve-se de mudanças persuasivas.

Este retorno, este movimento de vai-e-vem, prejudica, como é evidente, a construção do discurso. Mas, far-se-á um discurso pelo simples prazer da bela construção? Haverá necessidade, num discurso, duma lógica diferente daquela que irá determinar a ação?

E quando o orador chega de novo à sua conclusão, agora acompanhado de todos os auditores, não tendo abandonado ninguém pelo caminho, tem-se na sala como que a sensação física do seu sucesso, experimenta-se a alegria reconhecida, que marca a completa satisfação do pensamento coletivo.

Nada mais resta do que sublinhar duas ou três vezes, para indicar claramente a conclusão, para lhe atribuir vigor, para lhe fornecer uma expressão simples, brilhante, imaginativa, para a imprimir nas memórias; seguidamente, é possível conceder a si próprio e aos outros uma pausa para retomar o fôlego; gracieja-se, ri-se, entretanto o pensamento coletivo assimila ainda melhor a aquisição que acabou de fazer.

O humor oratório de Lênin é tão simples como os outros processos utilizados, se é que se pode falar de processos. Porém, não

será possível encontrar, nos seus discursos, aquilo a que se chama “espírito”, e menos ainda “piadas”; as suas graças são saborosas, inteligíveis para as massas, populares na verdadeira acepção, da palavra. Se as circunstâncias políticas não inspiram uma inquietação particular, se o auditório se compõe, na sua maioria, de “fiéis”, não repugna ao orador uma certa “brincadeira”. O auditório ouve com prazer essas facécias maliciosamente ingênuas, esses “ataques” amavelmente impiedosos; percebe-se que não se trata apenas de proferir palavras e de fazer rir, mas sim que tudo isso conduz ao mesmo objetivo.

Quando o orador recorre à brincadeira, a parte inferior do rosto torna-se mais saliente, sobretudo a boca, cujo riso é contagioso. As rugas da testa e do crânio parecem esbater-se; o olhar deixa de perscrutar, e ilumina-se de contentamento; acentua-se a pronúncia gutural; a tensão vigorosa do pensamento másculo amolece, com bom humor e risonha bonomia.

Nos discursos de Lênin, como em todas as suas tarefas, a característica que se manifesta essencialmente é a tensão dirigida para o objetivo. O orador não se preocupa em construir uma homilia; procura apenas conduzir a uma conclusão que apele aos atos.

Aborda os auditores de diversas maneiras; explica-lhes os fatos, procura convencê-los, vitupera, brinca, persuade de novo, explica mais uma vez. O que faz a unidade do seu discurso não é um plano previamente estabelecido, é um objetivo prático, nitidamente definido, rigorosamente marcado para o momento presente, é uma ideia, cujo princípio deve entrar e alojar-se no espírito do auditório.

O humor de Lênin subordina-se a este fim essencial. As suas graças são utilitárias. A menor “expressão” picante tem um destino prático: é preciso castigar estes, necessário refrear aqueles. Entram então em jogo expressões que ficaram muitas vezes no vocabulário da nossa política. Antes de se lançar numa das suas tiradas, o orador descreve alguns círculos preparatórios, como se procurasse um ponto para as pousar. Encontrado esse ponto, ajusta o bico do prego, afasta um pouco para ver melhor e, dum gesto largo, assenta a primeira martelada na cobertura que pretende perfurar: primeiro uma pancada, depois outra, depois muitas outras – até que o prego tenha entrado completamente, de tal maneira que é por vezes muito difícil arrancá-lo mais tarde, quando já não é necessário. Nessa altura, proferindo uma outra graça, Lênin começará a martelar a cabeça do prego, de um lado para o outro, para a abafar; e quando o tiver arrancado, lançá-lo-á ao ferro-velho dos arquivos, o que causará grande tristeza àqueles que já se tinham habituado a este enfeite, inútil, a partir de agora.

Mas eis que o discurso chega ao fim. Fazem-se os últimos cálculos, e as conclusões são fortemente sublinhadas. O orador tem o ar de um operário que sai esgotado do seu trabalho, mas que se sente feliz, por ter executado essa tarefa. Passa de tempos em



tempos a mão sobre o crânio desnudado, onde aparecem pequenas gotas de suor. A voz já não tem a mesma veemência, extingue-se qual brasa, em vias de consumir-se. É possível acabar. Não devemos, porém, esperar esse ar de vitória que coroa habitualmente os discursos, e sem o qual parece que não se pode descer da tribuna. Aos outros é indispensável um final brilhante; Lênin não precisa disso. Não termina os seus discursos como um profissional: acaba o seu trabalho, e põe um ponto final. “Se compreendermos isto, se fizermos aquilo, seguramente venceremos...” Esta é com frequência a frase final. Ou então: “Eis o que queria dizer...” – e nada mais. E estas últimas palavras, totalmente de acordo com a natureza da eloquência de Lênin, e com a sua própria natureza, não esfriam de modo algum o auditório. Pelo contrário, após esta conclusão “sem efeitos”, “cinzenta”, a multidão parece compreender de novo, através duma chispa do pensamento, tudo o que Lênin acaba de oferecer com as suas palavras, e é então que rebentam as tempestades de reconhecimento e de entusiasmo denominadas: aplausos.

Mas, recolhendo já o monte dos papéis, Lênin sai rapidamente do estrado, para evitar o inevitável. Encolhe ligeiramente a cabeça entre os ombros, encosta o queixo ao peito, dissimula os olhos sob as sobrancelhas, enquanto o bigode se eriça com um ar quase colérico, no lábio superior, fazendo um trejeito de descontentamento. Aumentam as salvas de palmas e de aclamações, como vagas rolando umas sobre as outras: “Viva... Lênin... dirigente... Ilitch...” Sob o brilho das lâmpadas elétricas, o crânio deste homem único, vergastado de todos os lados pelas vagas irresistíveis, cintila ao passar. E quando o turbilhão do entusiasmo parece ter atingido o seu furor extremo, de repente, através do ribombar, do ressoar, do marulhar, eleva-se uma voz jovem, vibrante, feliz como o grito da sereia tendendo a tempestade: Viva Ilitch! E então, das mais fundas frementes profundezas da alma coletiva, do amor e do entusiasmo popular, sobe em resposta, qual formidável ciclone, um clamor geral, indefinível, indiviso, que abala as abóbadas: Viva Lênin!

R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial



**Lênin estrategista
da revolução proletária**

*Apostamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*



Apontamentos sobre a história do Partido bolchevique

Concluímos, aqui, a exposição do VII Congresso. Foram discutidas e aprovadas as mudanças no nome do partido e no programa. Lênin lembrou que, desde abril de 1917, havia colocado em discussão a substituição

do nome Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) para Partido Comunista da Rússia, considerando que era “cientificamente incorreto o nome de Partido Social Democrata”. Retomava a questão no Congresso, agregando entre parênteses o nome bolchevique, ficando PC(b)R. Explica: (...) “Ao iniciar as transformações socialistas, devemos ter uma clara concepção do objetivo para o qual estas transformações estão, finalmente, dirigidas, isto é, a criação de uma sociedade comunista, que não se limita à expropriação das fábricas, da terra e dos meios de produção, nem a estabelecer um restrito registro e controle da produção e distribuição dos produtos, mas que vá mais longe, para a realização do princípio: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”.

A discussão sobre o programa se deu, principalmente, entre Lênin e Bukharin, que propunha a retirada da parte teórica que correspondia ao programa anterior. E substituí-la por uma que não analisasse o desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo. Bukharin advogava que apenas se considerasse a etapa do capitalismo imperialista e a transição para a época da revolução social. Lênin refuta: “Parece-me que seria teoricamente incorreto eliminar o velho programa, que analisa o desenvolvimento desde a produção mercantil até o capitalismo. Não há nada de incorreto nisso. Assim foram as coisas, e assim são agora, pois, a produção mercantil engendrou o capitalismo, e o capitalismo conduziu ao imperialismo”.

Essa divergência dizia respeito à compreensão da própria revolução em um país de capitalismo atrasado, como a Rússia. Eis: “Hoje, em nosso país, na Rússia, nos achamos apenas na primeira etapa de transição do capitalismo ao socialismo. (...) Somente demos os primeiros passos, para nos livrar do capitalismo e começar a transição ao socialismo. Não sabemos e não podemos saber quantas etapas de transição ao socialismo haverá. Isso depende de que comece a revolução socialista europeia, e que derrote seus inimigos, e ingresse no caminho aplainado do desenvolvimento socialista, fácil e rapidamente, ou com lentidão. Não sabemos isso, e o programa de um partido marxista deve fundamentar-se nos fatos estabelecidos com absoluta precisão. (...) Também é um fato evidente (...) que o imperialismo inicia a etapa da revolução social. Ao assinalar esse fato em nosso programa, levantamos, diante do mundo inteiro, a bandeira da revolução social, não como um discurso de agitação, mas como um programa novo (...)”.

Em síntese, Lênin contesta a tentativa de Bukharin, de abandonar os fundamentos do programa anterior que mantinham sua validade, mas que deveriam ser atualizados, com o ingresso do capitalismo na época do imperialismo. Lênin continua sua explicação: “Tal é a base, que considero como a única teoricamente correta, para estruturar um programa. Deixar de lado, como se se tratasse de resíduos, a análise da produção mercantil e do capitalismo, é algo que não pode decorrer do caráter histórico dos acontecimentos atuais, porque não fomos mais além dos primeiros

passos, na transição do capitalismo ao socialismo, e em nosso caso, isso se complica, devido a certas particularidades da Rússia, e que não existem na maioria dos países civilizados. Assim, não só é possível, senão inevitável, que, na Europa, essas etapas de transição sejam diferentes; e seria teoricamente incorreto fixar toda a atenção nas etapas nacionais e específicas de transição, que, para nós, são essenciais, mas, na Europa, podem não ser. Devemos começar com a base geral do desenvolvimento da produção mercantil, da transição ao capitalismo e da transformação do capitalismo em imperialismo. Dessa forma, ocuparemos e consolidaremos uma posição teórica, da qual ninguém, sem trair o socialismo, pode desviar-nos. Daqui surge uma conclusão, também inevitável: inicia-se a era da revolução social”.

Desse aspecto geral da discussão, Lênin passa a explicar a questão do Estado, tendo em vista que a revolução havia instituído o Estado soviético. A Comuna de Paris assentou o marco inicial dessa discussão. Os revisionistas haviam deturpado a teoria marxista do Estado, cujas confusões deveriam ser desfeitas. Distintamente do que se passou com a Comuna de Paris, a revolução russa estabeleceu uma base sólida da edificação de um novo Estado. Era preciso uma fundamentação mais rigorosa da caracterização do Estado: “Portanto, isso é a prova do que é considerado teoricamente indiscutível: que o poder soviético é um novo tipo de Estado, sem burocracia, polícia e exército regular, um Estado em que a democracia burguesa foi substituída por uma nova democracia, uma democracia que coloca em primeiro plano a vanguarda das massas trabalhadoras, que legisla, executa e responde pela defesa militar, e cria um aparato que pode reeducar as massas”.

Teoricamente, assim, estava colocada, mas, na “Rússia esse processo apenas começou e começou mal. Se somos conscientes do que está mal naquilo que começamos, podemos superar, sempre que a história nos permita trabalhar um tempo conveniente, nesse poder soviético. Por isso, me parece que a definição de novo tipo de Estado deve ocupar, em nosso programa, um lugar de destaque. (...) O Estado é um aparato repressivo. É necessário reprimir os exploradores, mas não é possível fazê-lo com a polícia; as próprias massas devem realizar essa tarefa. O aparato deve estar ligado às massas, deve representá-las, como fazem os soviets. (...) O poder soviético é o aparato que permitirá às massas começar imediatamente a aprender a governar o Estado, e a organizar a produção em escala nacional. (...) É uma tarefa gigantesca e difícil. Mas, o socialismo não pode ser realizado por uma minoria, pelo partido. Pode ser realizado somente por milhões, quando tenham aprendido a fazê-lo”.

Observa-se o empenho de Lênin em lançar luz sobre o problema fundamental do Estado soviético, que é o seu controle pelas massas, e a utilização de suas funções no processo de transição do capitalismo ao socialismo. Era preciso deixar claro a tese de que “o socialismo não pode ser realizado por uma minoria, pelo partido”.

Como Lênin não teve condições de redigir uma proposta de programa, defendeu que os fundamentos, por ele expostos no VII Congresso, fossem aprovados em suas linhas gerais, e conduzidos a uma comissão de redação.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)